40 ANOS FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA 1983/84

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 8 Nº 3 MARÇO DE 1984

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS BIBLIOTECA

IMPRESSO

FUNDACAO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA
(ENVIAR QUATRO EXEMPLARES)

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

338.105
0004
p
v.8, n.3, mar. 1984

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

Os recentes indicadores de recuperação da economia brasileira, a partir de um incremento na produção industrial, no primeiro bimestre, embora promissores, não conseguiram, ainda, reverter as expectativas pessimistas reinantes, no país. Os dados referentes à produção e à exportação industriais em São Paulo, no mês de fevereiro, surpreenderam a própria Federação das Indústrias daquele estado que, recentemente, estimou um crescimento de 1% no **PIB**, *este ano, e a superação do planejado superávit comercial de US$ 9 bilhões.*

Não é possível avaliar por quanto tempo prosseguirá esta expansão, que se vale da utilização da capacidade ociosa, gerada – ou ampliada – pela recessão.

O desempenho dos demais setores da economia ainda é mais nebuloso, com a agricultura premida pelo corte dos recursos subsidiados, carente de apoio à comercialização, e o setor terciário sem perspectivas, todos prejudicados pela persistente erosão do poder aquisitivo da população.

Mesmo tendo elegido o ajustamento das contas externas como prioridade maior da política econômica, o governo federal vê-se obrigado a aguardar com ansiedade a notícia, a cada mês, do comportamento da inflação. Barômetro da crise, de pouco lhe valeu a contração dos meios de pagamento, no ano passado, em 102%, visto que, a este percentual, contrapuseram-se os 211% da taxa inflacionária, que ainda não deu mostras de arrefecimento, em 1984.

A comercialização da safra 1983/84 vem sendo feita num clima de indefinição, com a política agrícola obrigatoriamente atrelada às necessidades de estabilização da economia. Os contratos feitos anteriormente à mudança do crédito rural, em dezembro, não serão afetados, mas já se sabe que os **EGF's** *e* **AGF's** *da safra serão reduzidos. Deste modo, excetuando-se ganhos excepcionais derivados de eventos fora do controle do país, como quebras de safras no exterior, a baixa rentabilidade do setor deverá manter-se como fator de inquietação quanto aos próximos plantios.*

Há que considerar que as safras brasileiras não vêm crescendo no mesmo ritmo da população, praticamente não há estoques reguladores e, mesmo assim, a agricultura vem sendo chamada a contribuir para a solução dos problemas do país.

A intenção do Ministério da Agricultura, de incentivar o plantio das lavouras de alimentos básicos, visando a uma saída para a crise, esbarrará na atual escassez de recursos. Deveria, porém, ser transformada em objetivo permanente, ainda mais quando se pensa em exportar parcelas destas safras, tidas como excedentes, tão-somente em vista da forçada contração da demanda, que veio acentuar o subconsumo no país.

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO DAS SAFRAS DE:

- Algodão 2
- Arroz 7
- Feijão 11
- Milho 15
- Soja 18

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 21

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS 23

PRODUTO REAL DA AGRICULTURA 24

CALENDÁRIO AGRÍCOLA 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ALGODÃO

OS PREÇOS RECEBIDOS PELOS COTONICULTORES NA ATUAL COMERCIALIZAÇÃO DEVERÃO SUPERAR OS DO ANO PASSADO. NO ENTANTO, A FALTA DE CRÉDITO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DEVERÁ CONSTITUIR-SE EM NOVO FATOR DE DESESTÍMULO AO PRÓXIMO PLANTIO.

Os preços médios reais recebidos pelos cotonicultores vêm apresentando quedas consecutivas nos últimos anos, reflexo dos aumentos apresentados na oferta e da retração que vem caracterizando o mercado interno. Em 1983, embora os preços do algodão em pluma, a partir de maio, tenham iniciado um ciclo de alta que perdura até hoje, os produtores não conseguiram, via de regra, apropriar parte desses ganhos pois, àquela época, a maior parte da safra já havia sido comercializada. Na atual safra, porém, esperam-se ganhos reais para os agricultores, na venda de sua produção. Os preços recebidos pelos produtores no ano passado, na média inferiores aos preços reais obtidos no ano anterior, deverão ser superados em larga escala este ano, tendo em vista que, em termos nominais, o aumento médio deverá ser de 360% (Cr$ 2.400/@ contra Cr$ 11.000/@ de algodão em caroço.

A este nível de preço, o algodão em pluma será colocado no mercado num patamar superior aos Cr$ 31.000/@ (em média), negociado no mercado a termo para entrega em março. Desse modo, os vendedores deverão ter dificuldades em cobrir suas entregas, visto que o preço praticado no nível do produtor impede que o algodão seja vendido abaixo de Cr$ 33.000/@. Caso os atuais preços pagos ao produtor se mantenham durante o período de comercialização intensa, a área plantada poderá, já na próxima safra, apresentar um aumento significativo.

Os Cr$ 10.000/@ de algodão em caroço, pagos pela maior parte das cooperativas do Paraná, cobrem, com folga, a última reavaliação do custo de produção, que gira em torno de Cr$ 6.500/@. Vale lembrar que a escassez de recursos oficiais poderá reduzir drasticamente os créditos para **EGF**, o que forçará a colocação de grande parte da safra no mercado num mesmo momento, reduzindo os preços pagos aos produtores e estimulando ações especulativas. A indefinição das regras que irão vigorar nos empréstimos governamentais para a agricultura deixa transparecer que o governo tentará, ao máximo, protelar o início das operações, permitindo que o mercado se encarregue da estabilização. Mesmo que as regras quanto aos **EGF's** sejam definidas nas próximas semanas, os bancos só estarão aptos a iniciar as operações na semana seguinte ao carnaval, ou seja, em meados de março. A esta altura, o mercado provavelmente já terá sentido que os produtores este ano terão extrema dificuldade em conseguir crédito que viabilize a retenção da produção por algum tempo, evitando assim, que o preço despenque. Isto porque os produtores não dispõem de recursos que lhes possibilitem atravessar dois ou três meses carregando seu estoque. A falta de recursos para a comercialização poderá comprometer seriamente a remuneração do agricultor, induzindo-o a uma nova retração na área cultivada na próxima safra. Destaque-se que o aumento diferenciado das taxas de juros dos **EGF's**, de 65% a.a. para correção monetária plena mais 3% a.a. ou 12% a.a., significará para o cotonicultor um encargo extra, visto que pagará, na realidade, o custo do **EGF** cobrado às indústrias, pois essas operações não são realizadas utilizando como garantia o algodão em caroço.

Em 1983, a quebra das safras do Centro-Sul e do Nordeste, aliada à exportação de cerca de 140 mil t de algodão em pluma, reduziu drasticamente a oferta e anulou os estoques reguladores da **CFP**. Assim, o algodão foi tendo, desde maio, seu preço reajustado mês a mês, acabando por registrar um aumento superior ao índice recorde de inflação. Na entrada da safra, em fevereiro de 1983, a arroba era negociada a Cr$ 6 mil e, aproximadamente um ano depois, esse preço girava em torno de Cr$ 38 mil, com um aumento de 470%, nos últimos doze meses (ver Gráfico 01).

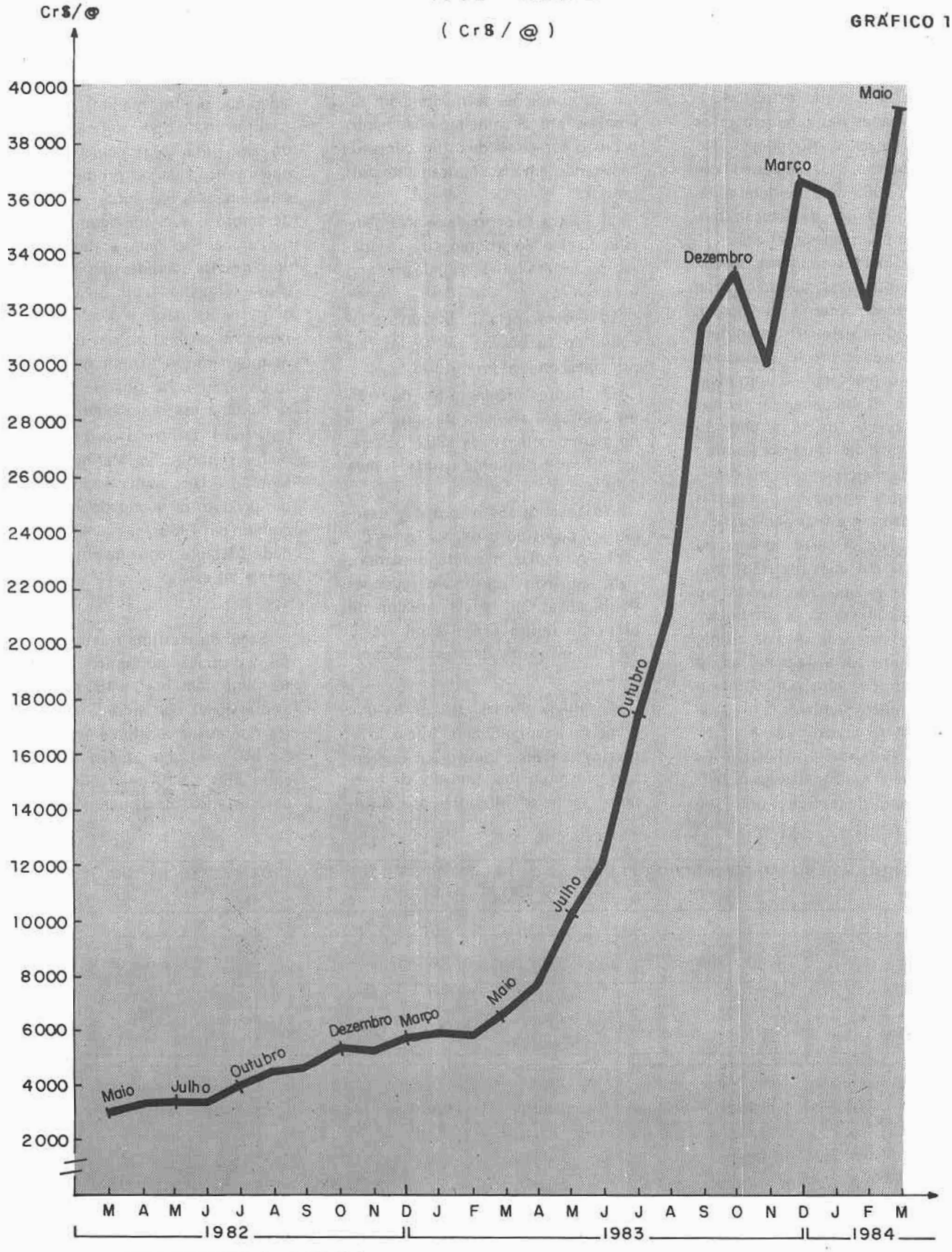
O aumento exacerbado das cotações da fibra, associado à queda que ocorreu no poder aquisitivo da maior parte dos assalariados, terminou reduzindo mais uma vez o consumo interno de têxteis. Destaque-se que as exportações, estimadas inicialmente em cerca de US$ 1 bilhão, devem ter alcançado a cifra de US$ 900 milhões, retornando ao nível de 1981 e apresentando, em relação a 1982, um aumento de cerca de 35%. O aumento obtido nas vendas externas não conseguiu impedir, porém, que o consumo industrial de algodão fosse reduzido. A indústria deve ter absorvido cerca de 560 mil t em 1983, contra 575 mil t no ano anterior. As

ALGODÃO — COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS DO 1º FUTURO NA BOLSA DE MERCADORIAS DE SÃO PAULO

— 1982 — 1984 —

(Cr$ / @)

GRÁFICO 1



Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Nota – Os meses que aparecem ao longo do gráfico representam o mês de entrega, ou seja, o mês de vencimento do contrato.

primeiras estimativas indicam que, este ano, o consumo deve ficar bem próximo ao de 1983, visto que o exterior tem seus principais mercados contingenciados, o que inviabiliza aumentos elevados nas vendas para os principais países consumidores. No mercado interno, a elevada queda observada em 1983 deve ter determinado o ponto máximo de redução, sendo improvável uma nova retração.

A situação de suprimento apertado que, mais uma vez, deverá caracterizar o mercado interno do algodão, este ano poderá viabilizar a manutenção dos elevados preços praticados no momento, mantendo-se num nível de aparente estabilidade, em termos reais. Os preços da fibra poderão apresentar alguma retração durante os meses de março, abril e maio, período no qual entrará no mercado o algodão novo e a safra estará praticamente definida. A partir do segundo semestre, as cotações poderão apresentar certa recuperação, tendo em vista que a colheita no Centro-Sul estará quase terminada. A essa altura, já se terá uma idéia de como será o desempenho da safra nordestina, o que determinará também o nível de preços que será praticado a partir de junho. A primeira estimativa de safra daquela região, divulgada pela **CFP** no início de fevereiro, prevê um aumento de produção da ordem de 100%, com base na melhoria significativa apresentada nas condições climáticas nos últimos meses. Ainda que as condições se mantenham favoráveis até a colheita, o aumento previsto parece ser de difícil consecução, tendo em vista basicamente dois pontos:

a) a retração ocorrida na área plantada do algodão arbóreo, cuja recuperação não terá reflexos ainda este ano e,

b) a ocorrência do **bicudo** na lavoura do herbáceo, em alguns dos principais estados produtores.

Os fatores mencionados poderão inviabilizar a colheita de uma safra no mesmo patamar de 1982, ou seja, as 140 mil t de pluma estimadas pela **CFP**.

No tocante aos preços que deverão ser pagos ao produtor, estes deverão estimular bastante o plantio, visto que não se esperam reduções significativas no nível atualmente praticado (entre Cr$ 10 mil e Cr$ 12 mil por arroba de algodão em caroço).

As atuais estimativas da safra que começou a ser colhida no início de fevereiro na Região Centro-Sul apresentam, no momento, (meados de fevereiro) números inferiores aos divulgados anteriormente. Segundo várias fontes ligadas aos produtores, a colheita deve render entre 440 mil t e 460 mil t de algodão em pluma, considerando-se um rendimento industrial médio de 35%, superior ao obtido em 1983. A principal causa da quebra ocorrida na produção foi a estiagem, que teve início no final de dezembro e que, em algumas regiões do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, durou quase quarenta dias. A falta de chuva impediu o desenvolvimento uniforme da planta e o calor intenso provocou a abertura das maçãs prematuramente, reduzindo o rendimento da lavoura. No final de janeiro, já se colhia algodão em algumas regiões do Paraná. Dentre os principais municípios produtores, Maringá, Campo Mourão e Umuarama estão obtendo um produto de qualidade superior ao colhido em 1983, mas com produtividade bastante reduzida em relação à média do estado.

Segundo as estimativas mais otimistas, a produção do Centro-Sul poderá ficar entre 460 mil t e 480 mil t. Caso as previsões atuais se confirmem e a safra nordestina se situe entre 120 mil t e 140 mil t, a produção total ficará entre 580 e 620 mil t que, acrescidas de aproximadamente 30 mil t

QUADRO 01 – ALGODÃO EM CAROÇO – PRODUÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES – 1981/82 A 1983/84

ESTADO	SAFRA 1981/82			SAFRA 1982/83			SAFRA 1983/84[1]		
	Área plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área plantada (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
PR	369.500	739.000	2.000	440.000	700.000	1.591	330.000	580.000	1.758
SP	318.000	529.227	1.664	308.700	464.208	1.504	244.000	378.200	1.550
MG	99.032	82.156	830	83.414	110.908	1.330	107.111	68.016	635
MS	41.465	60.933	1.470	42.883	59.522	1.388	33.962	54.167	1.595
GO	39.546	66.580	1.684	37.613	80.225	2.133	47.120	93.000	1.974
MT	4.338	3.797	875	2.093	1.909	912	6.690	7.977	1.192

FONTE – IBGE

[1] Estimativa de fevereiro de 1983.

(estoque atual em poder das fábricas e de particulares) somarão um total entre 610 e 650 mil t, suficiente para abastecer o mercado interno.

Previsões mais realistas indicam, porém, uma colheita de aproximadamente 450 mil t para a safra do Centro-Sul (esta inclui também a produção do Sul da Bahia, estimada em 35 mil t de pluma) e de 80 mil t para a safra nordestina, somando um total de 530 mil t, que, acrescidas ao estoque remanescente, resultam numa oferta total de 560 mil t, contra um consumo industrial que deverá situar-se aproximadamente no mesmo nível (ver Quadros 01 e 02).

QUADRO 02 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE ALGODÃO EM PLUMA – 1980 A 1984 – 1.000 t

ANO	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXCEDENTE EXPORTÁVEL[1]	EXPORTAÇÃO
1980	123,5	577,4	700,0	573,0	32,4	12,9
1981	115,0	594,4	709,4	561,9	53,8	30,0
1982	117,5	680,5	798,0	579,8	121,6	56,2
1983[2]	162,0	561,3	723,3	580,0	46,8	140,0

FONTE – CFP

[1] Exclui o estoque de segurança, correspondente a dois meses de consumo interno.

[2] Dados preliminares, sujeitos a retificações.

A retração que vem ocorrendo no consumo industrial de algodão, desde 1980, reflete a saída do mercado de um número significativo de pequenas empresas, que não conseguiram sobreviver aos elevados custos financeiros, à queda das vendas e ao grande aumento de preços da fibra experimentado no ano passado. A crise econômica afetou de forma diferenciada o segmento agroindustrial de algodão em 1983, na medida em que a maior parte dos benefícios da maxidesvalorização foi sendo anulada paulatinamente, a partir de maio, quando o preço da fibra iniciou seu ciclo de alta. Além disso, como os produtores não conseguiram se apropriar de parte dos ganhos obtidos com a alta, esta, ao contrário do que aconteceu com a soja, por exemplo, não propiciou o aumento que seria esperado na oferta deste ano, via expansão da área plantada, mantendo elevado o nível de preços.

No patamar atual, caso ocorra uma elevação acentuada das cotações, a indústria não será capaz de absorver esse algodão, pois isso irá tornar gravosos os produtos brasileiros destinados ao mercado internacional e inviabilizará sua venda no mercado interno (ver Gráfico 02). As exportações, em 1983, voltaram ao nível de 1981, cerca de US$ 900 milhões, não devendo apresentar modificação significativa este ano, tendo em vista que a expansão ocorrida em 1983 foi viabilizada pelo preenchimento de um bom número de quotas, tanto no mercado norte-americano como no europeu. Deste modo, não há muito espaço para crescer nesses mercados, cujo protecionismo poderá ser acirrado ainda mais, principalmente nos **EUA**, por ser 1984 um ano eleitoral. Normalmente num período como este, a pressão dos grupos econômicos internos encontra maior respaldo na cúpula governamental.

Os mercados da **África**, **Ásia** e **América Latina** continuam vivendo problemas de balanço de pagamentos, o que restringe as suas importações. O **Leste Europeu**, além de estar enfrentando, em algumas regiões, problemas semelhantes aos dos países do **Terceiro Mundo**, caracteriza-se por ser um mercado tradicionalmente descontínuo, sendo impossível prever seu desempenho com relação às compras efetuadas no Brasil.

Dessa forma, o esforço dos exportadores restringe-se aos países da **CEE** e aos **EUA**, onde o contingenciamento e o protecionismo não deixam muito espaço aberto.

No mercado interno, a queda nas vendas verificada nos últimos anos, com destaque para 1983, parece ter determinado o fundo do poço, sendo improváveis novas reduções acentuadas. Assim, caso as taxas de inflação realmente cedam a partir do segundo semestre, chegando, em dezembro, em torno de 4% ou 5%, o mercado poderá, nos últimos meses do ano, apresentar alguma recuperação, tendo em vista que os aumentos salariais ainda irão incorporar parte das elevadas taxas de inflação experimentadas durante os primeiros seis meses do ano. Caso contrário, as altas taxas de inflação irão reduzir ainda mais o poder de compra dos salários que, associados ao crescente nível de desemprego, resultarão em um patamar ainda mais baixo de vendas.

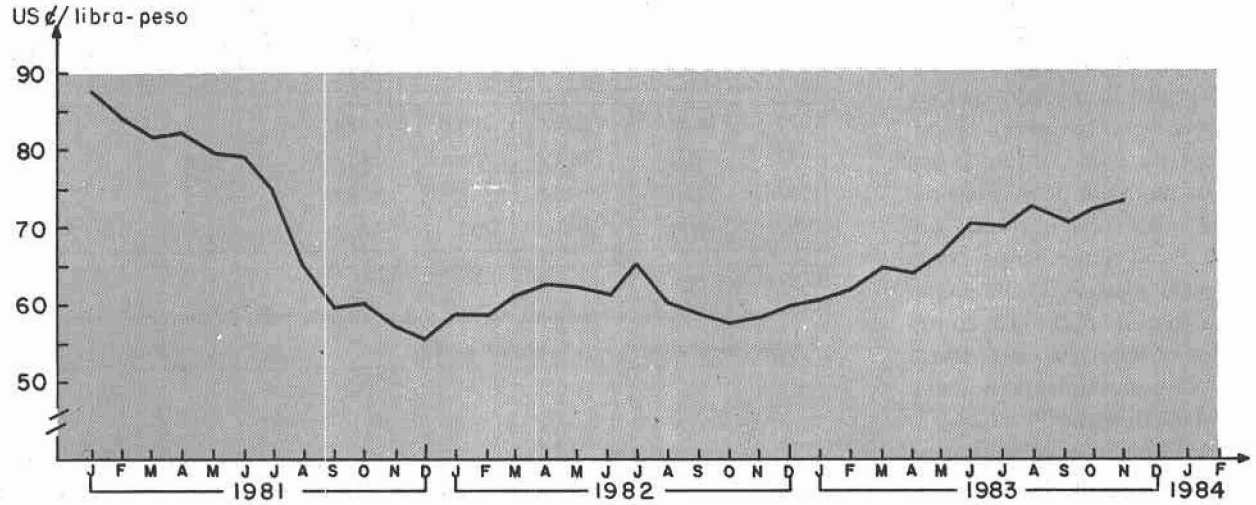
No que tange à exportação de algodão em pluma, o atual nível de preços do mercado interno torna gravosa a venda ao exterior, cuja viabilização poderia ser alcançada, caso as condições que prevaleceram em 1983 fossem novamente estabelecidas, ou seja, retirada do **Imposto de Exportação** e isenção do **ICM**. A cobrança do imposto, ao que tudo indica, deverá terminar em 30 de abril. No que se refere ao **ICM**, dificilmente os governos estaduais estarão dispostos a abrir mão de uma receita, num momento em que seus cofres estão cada vez mais vazios.

Assim, embora não exista um excedente exportável, dado que o consumo deverá situar-se bem próximo da produção, a impossibilidade de exportar o algodão, devido ao elevado preço, poderá deprimir as cotações internas. A exportação de algodão em pluma, a exemplo do que ocorreu em 1983, poderia viabilizar um au-

ALGODÃO - COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NO MERCADO FÍSICO DE MÊNFIS 1981-1984

(US ¢ /lb-peso)

GRÁFICO 02



mento ainda maior nos preços, visto que o suprimento do mercado interno ficaria comprometido. A única solução seria recorrer a importações, que atuariam de forma a restaurar a estabilidade. Estas parecem, no entanto, bastante improváveis, pois assim como ocorreu em 1983, o país passa por uma séria crise de liqüidez que, ao que tudo indica, não será solucionada no curto prazo. Desse modo, a venda para o mercado externo de algodão em pluma, que ajudaria na consecução do superávit de US$ 9 bilhões, caso efetuada, poderia agravar ainda mais a crise da indústria têxtil, impossibilitada de adquirir algodão no exterior, devido à escassez de divisas. A falta de matéria-prima obrigaria à redução ainda maior do nível de atividade e à dispensa de trabalhadores da indústria, reduzindo, simultâneamente, a receita de exportação esperada para este ano.



ARROZ

NA ATUAL SAFRA, AS LAVOURAS IRRIGADAS TERÃO UMA PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA NO TOTAL PRODUZIDO. A QUALIDADE DE SEU PRODUTO TEM ENSEJADO PEDIDOS DE LIBERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES, NO ENTANTO, HÁ DÚVIDAS QUANTO À REAL DIMENSÃO DO CONSUMO.

Segundo o **Programa Nacional de Pesquisa de Arroz, da Embrapa**, a orizicultura brasileira é constituída por quatro diferentes sistemas de cultivo, da mais rudimentar lavoura de sequeiro ao que existe de mais sofisticado em termos de plantio irrigado (ver **box**).

No plantio da safra 1983/84, repetiu-se a tendência à redução dos arrozais de sequeiro do Centro-Oeste. Naquela região, planta-se majoritariamente o cereal com vistas à abertura do cerrado à atividade pecuária. Deste modo, o caráter transicional do cultivo visa tão-somente à limpeza do terreno e à redução do custo da constituição dos pastos. No período de um a três anos, o arroz, que vinha sendo cultivado em consorciamento com forrageiras, é plantado em outro local, acompanhando os agricultores itinerantes encarregados do desbravamento de novas áreas. Cada vez mais distanciado dos centros consumidores e suscetível a pragas e doenças, pela ausência de tratos culturais, este tipo de arroz acabou sendo adquirido em grande parte pelo governo federal e a difícil comercialização das safras tornou-se um novo fator de desestímulo.

O Quadro 03 apresenta os resultados finais da safra de 1983, segundo o **IBGE**. Pode-se observar que os estados centrais continuam ocupando posições destacadas na produção mas, na presente safra, além dos recuos na área plantada, já se sabe que haverá desfalques na oferta, motivados pela estiagem na região.

De acordo com as **Cepa's** dos três estados, Mato Grosso deve ter plantado 570,7 mil ha nesta safra, devendo colher 676,6 mil t; Goiás teria plantado 1,08 milhão de ha, prevendo-se, inicialmente, uma colheita de 1,35 milhão de t e Mato Grosso do Sul, 302,9 mil ha, para 363,5 mil t.

No caso das lavouras mais tecnificadas, destaca-se a situação do Rio Grande do Sul, em que os 707 mil ha plantados deverão propiciar a maior safra da história, em geral estimada entre 3 milhões de t e 3,2 milhões de t. As lavouras irrigadas ocupam 684,8 mil ha e as de sequeiro apenas 32,3 mil ha. Na estimativa de dezembro, do **IBGE**, o estado colheria 2,88 milhões de t e, em janeiro, efetuou-se uma reavaliação, para 2,92 milhões de t, com uma produtividade média de 4.126 kg/ha (arroz irrigado: 2,88 milhões de t e rendimento de 2.262 kg/ha; sequeiro: 41,5 mil t e 1.287 kg/ha) (ver Gráfico 03).

Para a obtenção de tão expressiva tonelagem foi fundamental o comportamento do clima, embora a adoção das novas variedades **BR/Irga-409** (45% de área) e **BR/Irga-410** (20%) fosse uma garantia de ganhos no rendimento. O cultivar **Bluebelle** cobriu cerca de 30% da área. O Gráfico 03 mostra as variações apresentadas pela área e pelo rendimento no estado, no último decênio.

O êxito na produção arrozeira, no entanto, não tem sido motivo apenas de júbilo mas, também, de preocupação. Conforme atentou recentemente a **Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul**, o fato de as lavouras gaúchas serem tecnificadas, se permite maior resistência ao clima, não lhes atribui refratariedade às condições adversas da economia. A atual indefinição do mercado pode ter efeitos danosos, anulando o sucesso da safra. Com efeito, cerca de 10% da produção já haviam sido co-

SISTEMA I: Terras baixas com irrigação controlada (irrigado). A água de irrigação é proveniente de rios, lagos, barragens, poços, etc.

SISTEMA II: Terras baixas com irrigação não controlada. A água é proveniente dos rios que inundam as margens periodicamente.

SISTEMA III: Terras baixas sem irrigação (várzeas úmidas ou varjões). A água é proveniente da precipitação pluviométrica ou do afloramento do lençol freático. O solo permanece saturado durante, pelo menos, uma parte do ciclo da cultura.

SISTEMA IV: Terras firmes sem irrigação (sequeiro). A água é proveniente da precipitação pluviométrica. O solo permanece bem drenado durante todo o ciclo da cultura.

FONTE — Embrapa

lhidos em fins de fevereiro (o pico da safra dá-se a partir de 15/3) e o **Banco do Brasil** ainda não havia liberado a primeira parcela contratual dos financiamentos. Não há interesse da parte de nenhum segmento de comercialização em formar estoques e poucos beneficiadores passaram recursos aos produtores. Deste modo, muitos agricultores têm recorrido às financeiras, para empréstimos pessoais, sob taxas de juros elevadas, o que faz com que sejam obrigados a escoar sua produção rapidamente, para a liquidação do débito. Há uma aguda escassez de recursos. No ano passado, os recursos que o **Irga** esperava fossem liberados em março, para suas compras para a formação de estoques, só vieram em maio. Atualmente, desconhece-se quando virão.

Esta situação tem motivado a venda de arroz por preços abaixo do mínimo, por vezes ao redor de Cr$ 8.000/50 kg (o preço mínimo, desde 1º/2 é de Cr$ 11.200 para o **tipo 2**, irrigado, e de Cr$ 9.350 para o arroz de sequeiro) e fez com que a **CFP**, pela primeira vez, comprasse arroz a granel, em cooperativas da fronteira. Estas, por sua vez, vendem com parcimônia, na expectativa de uma recuperação do mercado.

A alta nos preços do arroz em janeiro, na **Bolsa de Cereais de São Paulo** (48%) recolocou o produto no centro das atenções, pela influência que teria sobre os índices da inflação. Não houve, porém, maiores repercussões, pois o movimento altista deveu-se à acomodação dos baixos preços praticados até então, aos novos níveis do preço mínimo, embora fosse instaurada uma certa polêmica em torno da possível retenção do produto. Àquela época, porém, não havia ainda produto novo e as compras para o abastecimento dos grandes centros provocaram imediata repercussão.

Neste ponto, pode-se ter uma idéia da grande indefinição reinante no mercado, pois sequer é conhecida a real posição dos estoques e, mesmo nos estados de agricultura mais desenvolvida, como o Rio Grande do Sul, há sérias dificuldades de avaliação. Por exemplo, a suspeita de que a safra gaúcha de 1982/83 poderia ter sido pelo menos 300 mil t maior do que o divulgado ganhou contornos mais nítidos. Os registros das saídas de arroz do estado, em 1983, totalizaram 2,4 milhões de t e, como o consumo anual está estimado em 440 mil t (fora a reserva de sementes), a subestimação da safra passada fica evidente.

Atualmente, calcula-se que os estoques da **Seap** e do **Irga**, no Rio Grande do Sul, cheguem a 150 mil t, com talvez outras 75 mil t no interior. As entradas de produto argentino e uruguaio, porém, impedem que se tenha uma visão mais acurada da situação destes estoques.

No Maranhão, repete-se o mesmo otimismo dos gaúchos em relação à potencialidade da safra, também com grandes divergências quando à tonelagem da oferta. Em geral, as estimativas têm variado entre as 1,109 milhão de t do **IBGE** e as 1,5 milhão de t da **Secretaria da Agricultura**. Chegaram a aparecer avaliações verdadeiramente ufanistas, de que o estado colheria aproximadamente 2 milhões de t. Avaliações muito elevadas podem ser descartadas com facilidade, apesar da grande favorabilidade do clima este ano. Tem chovido com bastante regularidade em todo o estado e não foram detectados problemas com infes-

QUADRO 03 – ARROZ EM CASCA – BRASIL – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DA SAFRA 1982/83

ESTADO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	Δ%	R.M.OBTIDO (kg/ha)
RS	636.539	2.220.497	28,65	3.488
GO	985.185	1.080.720	13,95	1.097
MT	702.365	784.179	10,12	1.116
MG	530.865	779.249	10,06	1.468
SP	334.100	617.400	7,97	1.848
MS	308.823	450.796	5,82	1.460
MA	723.053	430.939	5,56	596
SC	142.633	395.389	5,10	2.772
PR	216.400	368.313	4,75	1.702
PA	82.284	111.374	1,44	1.354
RO	74.940	100.576	1,30	1.342
RJ	31.438	98.055	1,27	3.119
ES	27.990	74.795	0,97	2.672
BA	76.682	58.508	0,75	763
PI	150.330	53.763	0,69	358
CE	16.292	30.077	0,39	1.846
SE	10.213	22.734	0,29	2.226
AC	13.602	19.085	0,25	1.403
DF	17.109	18.649	0,24	1.090
AL	5.686	11.368	0,15	1.999
PE	3.113	10.709	0,14	3.440
PR	6.050	4.235	0,05	700
PB	6.278	3.607	0,05	575
AP	2.250	1.884	0,02	837
RN	5.043	1.335	0,01	265
AM	1.135	1.277	0,01	1.125
TOTAL BRASIL	5.110.398	7.749.513	100,00	1.516

FONTE – IBGE

tações de pragas e doenças. No entanto, a menor extensão da área plantada (803,2 mil ha, segundo o **IBGE**) e a baixa produtividade da maior parte dos arrozais maranhenses dão maior credibilidade às estimativas mais conservadoras, como a do **IBGE** e a da **CFP** (1,2 milhão de t).

As dificuldades enfrentadas pelos órgãos ligados à agricultura maranhense são conhecidas (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 9). A presente safra vem sendo comparada à grande safra de 1981/82, quando teriam sido colhidas 1,576 milhão de t, mas é possível que seja, de fato, maior. Com efeito, aquele número sempre sofreu contestações e fontes estaduais acreditam que a real dimensão da safra de 1982 esteve próxima a 1,2 milhão de t. O cultivo já está praticamente encerrado, com áreas litorâneas marginais ainda plantando. Simultaneamente, o Sul já iniciou sua colheita, prevista para terminar em abril. O produto obtido na região de Balsas é de boa qualidade e só se teme que o prosseguimento das chuvas possa impedir as colheitadeiras de entrarem nas lavouras (em 1982, apenas as máquinas munidas de correntes puderam passar pelos solos molhados).

O cultivo do arroz no Maranhão segue o calendário do Centro-Sul, no que diz respeito aos instrumentos de política agrícola, há três anos (o algodão, o feijão e o milho seguem o do Nordeste), e os preços mínimos entraram em vigor, também em 1º/2. Os orizicultores do Sul, cujo cultivo é mecanizado, já pediram à **CFP** que inicie suas compras, pois o preço do produto em nível de propriedade está próximo ao preço mínimo. Houve, porém, notícias de agricultores de Imperatriz, que estariam vendendo arroz por apenas Cr$ 6.000/saca, devido à dificuldade de escoamento da safra.

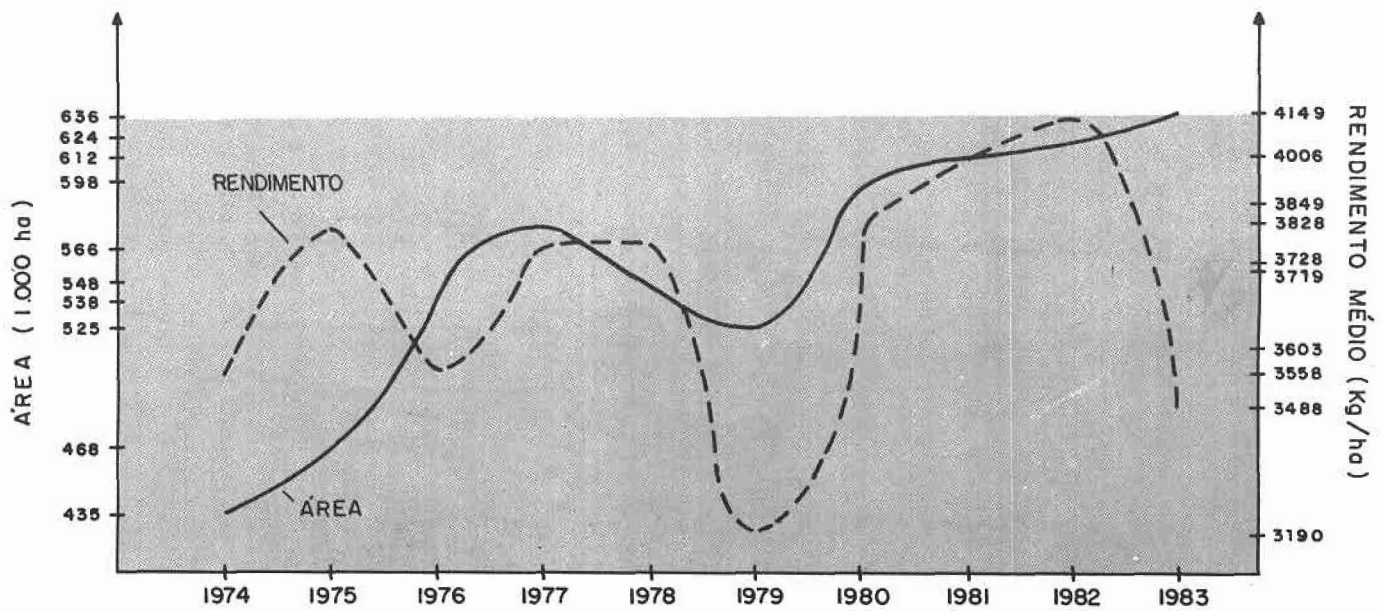
Na área mais ao Norte (Tocantins) a situação é diferente. Planta-se até abril ou maio e a colheita é feita manualmente. Nesta região, a escassez de braços nesta época onera os trabalhos de colheita, em razão da evasão de mão-de-obra para os garimpos paraenses e para a antiga região aurífera de Serrinha, onde, além da melhor remuneração, há direitos trabalhistas reconhecidos. Este processo ainda deverá aguçar-se, pois os garimpos reabrem em abril, com o fim do **inverno** (estação chuvosa), implicando nova evasão.

Em termos gerais, deve-se destacar não só a inexatidão das estatísticas referentes à área e à produção. Já há algum tempo, os dados sobre o consumo do arroz no país estão a exigir uma reavaliação meticulosa. Conforme já observado em **Agroanalysis**, vol. 6, nº 2, o arroz difere de outras lavouras destinadas ao abastecimento interno, por ter seu consumo disseminado por diversas faixas de renda, apresentando, em verdade, uma tendência à expansão. Ao contrário de outros cultivos tradicionais, o arroz não é classificado como um bem inferior, possuindo uma elasticidade-renda da demanda positiva. Para explicar um possível recuo do consumo ao nível de 8,4 milhões de t, supôs-se que os consumidores estariam **racionalizando** o uso do produto, eliminando o desperdício. Isso

EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA E DO RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL

1974 / 1983

GRÁFICO 3



Fonte: IBGE

poderia ser feito, porém sem uma redução substancial, até porque os cortes nos gastos domésticos em épocas de aceleração inflacionária, são feitos de modo a preservar as compras de gêneros essenciais. Possivelmente, a aceitação de um número bem mais baixo para o consumo ajuda a explicar o comportamento dos preços em algumas regiões, servindo também para uma futura adequação da tonelagem das safras, pois várias entidades sempre consideraram superdimensionadas as estimativas da produção brasileira de arroz.

Este ano, a necessidade de obtenção de divisas para o cumprimento da meta acordada com o **FMI**, quanto ao saldo positivo de US$ 9 bilhões na balança comercial, chegou a colocar o arroz entre os produtos agrícolas a serem exportados. À intenção da **Cacex**, porém, vêm-se contrapondo algumas áreas do Ministério da Agricultura, para quem a exportação acarretará, necessariamente, importações futuras de um produto possivelmente inferior, num momento de extrema vulnerabilidade da economia do país. A postura da **Cacex**, porém, coaduna-se com um velho anseio dos agricultores gaúchos, que pretendiam colocar no exterior entre 80 e 100 mil t de arroz, este ano, estimulados pela boa qualidade de seu produto.

Não se tem, ainda, a certeza de que as 8,5 milhões de t esperadas para esta safra pela **CFP** serão obtidas, embora as quebras anunciadas no Centro-Oeste (à exceção de Goiás, onde são consideradas perdidas cerca de 200 mil t) e em Minas Gerais não tenham sido de grande monta, até o momento. A safra brasileira de 1982/83 foi igual a 7,75 milhões de t, segundo o **IBGE**, com uma área de 5,11 milhões de ha. Caso a atual safra alcance a quantidade esperada, podem ser previstos preços em torno do preço mínimo oficial durante a comercialização e, possivelmente, ocorrerão compras do governo (já iniciadas em áreas de fronteira, através dos **Postos Volantes de Compra — Povoc's**). Endossando esta perpectiva, está a já citada necessidade de rapidez das vendas, pela difícil retenção dos estoques.

Uma comercialização mal feita, este ano, resultará em novos problemas no plantio da futura safra 1984/85. Recente estudo da **CFP** (Preços Mínimos-Estudos Técnicos — 1983) sugere que se liberem 100% do **VBC** para todos os produtores do arroz de sequeiro e que se conceda ao arroz o tratamento preferencial já adotado para o feijão, no acesso ao **Proagro** (adicional de 1% e limite de 100% na cobertura do **VBC**).

Na atual safra, o preço mínimo do arroz de sequeiro apresentou o segundo maior incremento entre as principais lavouras (+247%), perdendo apenas para o algodão (+254%). A nova sistemática de reajuste mensal do preço básico, com base na variação das **ORTN's** e não do **INPC**, porém, levou a uma certa perda. Com efeito, no período do reajuste, as **ORTN's** evoluíram abaixo do índice inflacionário (ver **Agroanalysis**, vol. 8, nº 2).

Outra reivindicação dos orizicultores, que, tudo indica, não poderá ser atendida, em razão dos compromissos com o **FMI**, é o prosseguimento da correção mensal do preço mínimo, como garantia de preservação da rentabilidade do cultivo. A adoção deste conjunto de medidas, proposto para a safra 1983/84, poderá ser a solução para os impasses surgidos na área da orizicultura. Lamentavelmente, não se deu a tempo de permitir um bom plantio na safra em curso. Pior ainda, não se sabe se haverá fôlego para adotá-las, ainda este ano.



FEIJÃO

O MERCADO DO FEIJÃO VEM APRESENTANDO UMA RÁPIDA RECUPERAÇÃO, NO CASO DOS FEIJÕES DE CORES. A QUEBRA DA SAFRA NORDESTINA LEVOU A COMPRAS EM SÃO PAULO E PARANÁ, DESFALCANDO UMA OFERTA QUE JÁ TERIA, NORMALMENTE, DIFICULDADES PARA ATENDER AO CONSUMO, EM RAZÃO DOS PARCOS ESTOQUES OFICIAIS.

A redução da área plantada na safra das águas 1983/84 e as tradicionais perdas provocadas pelo clima têm provocado uma alta de preços, há algumas semanas. Deste modo, ao contrário dos últimos anos, a **Companhia de Financiamento da Produção** não está encontrando facilidade para recompor os seus estoques.

No Paraná, principal produtor das águas, as compras governamentais são menores do que 50 mil t, todas de feijão preto. Embora alguns núcleos regionais ainda não tivessem, no início de março, fechado seus levantamentos, tudo indica que a estimativa da extensão do plantio deve ter sido alcançada. Colheram-se 97% da área plantada estadual, até princípios de março, abrangendo 655 mil ha. O produto tem sido de boa qualidade, mas os preços, em geral, não satisfizeram os produtores. Até meados do mês de março, as altas de preços do feijão de cores atingiram Cr$ 49 mil/60 kg. A partir daí, a pressão de compra dos estados nordestinos e o começo da escassez promoveram um salto repentino para cerca de Cr$ 65 mil/saca. No caso do feijão preto, porém, a comercialização prossegue lentamente, com preços entre Cr$ 19 mil e Cr$ 21 mil, dentro das faixas estabelecidas para os preços mínimos (ver Quadro 04).

A entrada da safra das secas, atualmente no campo (segundo o **Deral**, em março, 88% da safra estarão em desenvolvimento vegetativo, 11% germinando e 1% em floração) poderá alterar essa situação. As últimas avaliações, porém, sugerem que não deverão ocorrer alterações substanciais, uma vez que o esperado aumento na área plantada deixou de acontecer (foram plantados 83,8 mil ha em 1982/83 e 80 mil ha agora) e foram perdidos 16 mil ha, 25% da área total, sendo que os ventos fortes do mês de abril poderão acarretar danos ainda maiores.

QUADRO 04 – FEIJÃO ANÃO – PREÇOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS PARA A SAFRA DAS ÁGUAS 1983/84 NOS ESTADOS DO PARANÁ, RIO DE JANEIRO, RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E SÃO PAULO – Cr$/60 kg

TIPO	PRINCIPAIS VARIEDADES[1]	DEMAIS VARIEDADES
1	21.480,00	17.184,00
2	21.071,40	16.857,00
3	20.457,00	16.365,60
4	18.411,60	14.729,40
5	17.388,60	13.911,00

FONTE – CFP

[1] Preto, carioca, carioquinha, bico de ouro, rosinha, jalo, rajado comprido, rajado redondo.

Houve problemas com o clima, no início da safra, e vários agricultores foram obrigados ao replantio, numa extensão desconhecida. No entanto, como esta operação foi feita após o período recomendado, que vai de 5/12 a 28/2 (com variações regionais), o rendimento físico das lavouras deixará a desejar. Em Jacarezinho, o plantio costuma se dar em dezembro e janeiro e, este ano, plantou-se em fevereiro.

As primeiras estimativas da segunda safra previam uma oferta entre 45 mil t e 50 mil t. Atualmente, esperam-se entre 39 mil t e 43 mil t, com um rendimento entre 591 kg/ha e 656 kg/ha, em relação à área a ser colhida. Em termos de área plantada total, o rendimento será de apenas 474 kg/ha a 506 kg/ha, em razão das perdas devidas ao clima e ao ataque de pragas e doenças, como o **mosaico dourado**.

Em São Paulo também se esperava um maior plantio na safra das secas, motivado pela recuperação dos preços ao longo da comercialização da primeira safra. Também naquele estado a estiagem atrasou a semeadura e as perdas ocorridas obrigaram ao replantio. Calcula-se que em meados de março o plantio das secas esteja encerrado, prosseguindo apenas, após

esta data, o plantio de lavouras irrigadas.

A estimativa preliminar do **Instituto de Economia Agrícola** é de que a área plantada seja 15% menor do que a do ano passado, com 204,4 mil ha, contra 240,7 mil ha, em 1983, quando foram colhidas 120 mil t. De acordo com a mesma fonte, o resultado final da safra das águas apresentou uma área plantada de 212,9 mil ha, 16,5% menor do que a da safra anterior e uma produção de 165,6 mil t, 9,1% maior do que na frustrada safra 1982/83. Os preços estiveram elevados, entre Cr$ 30 mil/saca e 35 mil/saca, tendo atingido Cr$ 45 mil/saca no fim da safra, o que impediu a **CFP** de efetuar compras no estado. Devido à falta do produto das águas, atualmente, a saca de feijão tem alcançado até Cr$ 55 mil/saca, havendo relatos de agricultores que pediram, no interior, até Cr$ 100 mil/saca.

Esperava-se um desaquecimento do mercado após o carnaval, quando entraria feijão de Santa Catarina e Paraná na praça de São Paulo, o que não aconteceu. O Nordeste se está abastecendo nessa região, ensejando o prosseguimento das cotações elevadas e de movimentos especulativos, incluindo os de retenção de estoques.

Na safra da seca, o maior produtor é o estado de Minas Gerais, onde ainda se espera a repetição da área plantada no ano passado, de 364,3 mil ha. Não é possível, porém, estimar se se repetirá a produção do ano anterior, pois os problemas da safra 1982/83 fizeram com que fossem colhidas 176,8 mil t, mas a atual começa enfrentando algumas dificuldades. De fato, houve falta de sementes de boa qualidade e a estiagem atrasou consideravelmente o plantio. Este se encerra, todos os anos, logo no início de março, mas desta feita só 70% da área foram plantados nesse prazo. O Sul de Minas e a Zona da Mata, principais regiões produtoras, estão entre as que apresentam maior retardamento na semeadura.

Quanto ao feijão das águas, em Minas Gerais, a estimativa de fevereiro, do **GCEA**, apresentou uma quantidade 24% menor do que a divulgada em janeiro, ficando em 94,71 mil t, colhidas em uma área de 267,95 mil ha.

Na safra da seca embora Minas, São Paulo e Goiás sejam os maiores produtores, a região Nordeste do país ocupa uma posição de relevo (ver Quadro 05), mas dificilmente se conseguirá ali uma colheita sem problemas. Este ano, a principal zona de produção nordestina, Irecê, foi bastante prejudicada pelo clima. A primeira safra regional, cujo plantio se concentra em outubro e novembro, foi afetada pela estiagem iniciada em dezembro. A colheita, feita nos meses de fevereiro e março vem registrando escassa quantidade e baixo rendimento físico. O **GCEA** esperava um rendimento de 380 kg/ha, no fim do ano, depois retificado para 259 hg/ha, em janeiro. Na microrregião de Irecê, responsável por 30% da primeira safra, a produtividade física foi estimada, em janeiro, em 180 kg/ha (ver Quadro 06).

O Quadro 07 apresenta a evolução da safra da região, desde 1980/81. A influência da longa seca nordestina sobre as lavouras prossegue e não se vê possibilidade de atenuação. O

QUADRO 05 – FEIJÃO – ESTIMATIVAS DE ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA SAFRA DA SECA – 1982/83

ESTADO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	%	R.M.OBTIDO (kg/ha)
MG	357.648	176.853	25,76	494
SP	291.700	166.560	24.26	571
GO	180.110	70.822	10,32	393
BA	105.116	35.424	5,16	337
PB	192.756	26.436	3,85	137
PR	57.550	26.115	3,80	454
SC	87.316	24.842	3,62	285
PE	111.645	23.446	3,42	210
MT	81.171	22.190	3,23	273
ES	43.798	21.213	3,09	484
RO	41.233	21.111	3,08	512
MS	22.451	12.349	1,80	550
RS	33.480	10.937	1,59	327
AL	38.580	10.486	1,53	272
PA	22.364	10.117	1,47	452
MA	29.696	8.915	1,30	300
RJ	12.869	7.468	1,09	580
AC	7.123	3.364	0,49	472
SE	9.184	2.801	0,41	305
CE	3.197	2.383	0,35	745
RN	2.886	1.396	0,20	484
PI	1.362	619	0,08	454
AM	891	445	0,06	499
RR	290	120	0,02	414
AP	147	66	0,01	449
DF	73	57	0,01	781
TOTAL BRASIL	1.734.636	686.533	100,00	396

FONTE – IBGE

bombeardeamento químico das nuvens não surtiu o efeito esperado. Em verdade, provocou sérios danos, com precipitações violentas, que destruíram instalações diversas e não conseguiu recuperar as lavouras.

O abastecimento de feijão da Bahia não poderá ser suprido pela oferta local, nem de outros estados nordestinos. A **Cepa** estima que o consumo baiano seja, este ano, de 257.311 t e já se avalia a oferta desta safra em apenas 40 mil t. Desse modo, a segunda safra do estado, cujo plantio se concentra nos meses de abril e maio, deveria produzir mais de 210 mil t, o que é praticamente impossível. Talvez a solução para a regularização da oferta do produto na Bahia, seja o crescimento do plantio na região Sul do estado, junto às lavouras de cacau. Recentemente, o plantio do feijão tem aumentado, neste novo espaço, estimulado por um clima bem mais favorável.

Devido à quebra, o mercado esteve aquecido e o produtor baiano recebeu, em janeiro, Cr$ 48 mil/60 kg, pelo feijão mulatinho e 40 mil/60 kg pelo macaçar (ver Quadro 08). A oscilação de preços no período foi de Cr$ 35 mil (Santa Maria da Vitória) a Cr$ 55 mil (Jacobina). Estima-se que a importação do Sul, principalmente do Paraná e São Paulo, estabilizará o preço em torno de Cr$ 35 mil/60 kg.

QUADRO 06 – BAHIA, PRODUÇÃO DE FEIJÃO DA 1ª SAFRA, 1983/84, SEGUNDO AS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS

MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	%	PRODUÇÃO (t)	%
Irecê	164.023	0,48	29.524	0,33
Morro do Chapéu	32.565	0,10	6.513	0,07
Xique-Xique	14.414	0,04	3.085	0,03
SUB-TOTAL	210.002	0,62	39.122	0,43
OUTROS	130.000	0,38	49.197	0,57
TOTAL	341.002	1,00	88.319	1,00

FONTE – IBGE/GCEA

QUADRO 07 - FEIJÃO – EVOLUÇÃO DA ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO FÍSICO MÉDIO DA PRIMEIRA SAFRA DA BAHIA – SAFRAS 1980/81 A 1983/84

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1980/81	392.134	118.816	303
1981/82	463.773	68.638	143
1982/83	332.826	64.901	195
1983/84[1]	341.002[2]	88.319	259

FONTE – IBGE
[1] Estimativa de janeiro.
[2] Área plantada.

QUADRO 08 – FEIJÃO MACAÇAR – PREÇOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS PARA A SAFRA 1983/84, PARA A BAHIA (ZONA 1) E MINAS GERAIS (ESPINOSA) – Cr$/60 kg

TIPO	CLASSES BRANCÃO, CORES E PINTADO (BICOLOR)
1	13.962,00
2	13.696,20
3	13.297,20
4	11.967,60
5	10.638,00

FONTE – CFP

Em termos gerais, pode-se observar que não será tranqüila a situação do abastecimento, este ano. No ano passado, as 1,6 milhão de t, produzidas nas duas safras (ver Quadros 05 e 09), somadas às 660 mil t dos estoques, apresentaram uma oferta de 2,26 milhões de t, equiparada ao consumo anual, em processo de contração. Em 1984, embora a produção da safra das águas supere a de 1982/83 em cerca de 27% (segundo a **CFP**, a área plantada diminuiu 7%, passando de 2,035 milhões de ha, para 1,896 milhão de ha) as 1.125.800 t esperadas não constituem uma grande safra. Apesar da redução do consumo, não há mais estoques significativos e caberá à safra das secas a complementação da oferta.

Pode-se prever um aperto no abastecimento, no segundo semestre, não se devendo descartar a hipótese de

importação do produto. Isto porque o estoque inicial não deverá superar as 65 mil t e, supondo-se que as duas grandes safras de 1984 das águas e da seca, alcancem as 2,1 milhões de t atualmente esperadas, haverá um déficit no abastecimento. Mesmo considerando que o consumo apresente uma redução a partir das 2,4 milhões de t consumidas em 1982, poderá superar a oferta da safra (2,165 milhões de t). Apenas uma forte elevação dos preços seria capaz de inibir ainda mais a demanda pelo produto, ajustando-a à contração da oferta. Nesta hipótese, porém, as importações seriam inevitáveis.

Atualmente, os preços tendem à elevação, pela pressão de compra do Nordeste. O preço mínimo da safra das secas, de Cr$ 22.176/60 kg ainda será reajustado pela **ORTN** e entrará em vigência a partir de 1º de abril, calculando-se que fique em torno de Cr$ 30 mil/60 kg.

QUADRO 09 - FEIJÃO – ESTIMATIVA DE ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA SAFRA DAS ÁGUAS – 1982/83

ESTADO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	%	R.M.OBTIDO (kg/ha)
PR	642.135	320.920	35,64	500
SP	260.000	156.000	17,32	600
SC	261.772	137.548	15,28	525
RS	153.957	81.508	9,05	529
MG	187.698	66.911	7,43	356
BA	332.826	64.901	7,21	195
CE	164.194	22.428	2,49	137
PI	168.035	13.906	1,54	83
MA	33.885	8.504	0,94	251
MS	16.176	8.060	0,90	498
RN	77.273	5.922	0,66	77
ES	18.710	5.406	0,60	289
RJ	9.135	5.020	0,56	550
GO	4.288	1.704	0,19	397
MT	3.307	1.230	0,14	372
DF	845	490	0,05	580
TOTAL BRASIL	2.334.236	900.458	100,00	386

FONTE – IBGE



MILHO

AS ESTIMATIVAS REFERENTES AO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO NO PAÍS, EM 1984, APONTAM A EXISTÊNCIA DE UMA PROVÁVEL PEQUENA FOLGA. NÃO SERÁ, PORÉM, UM ACONTECIMENTO ALVISSAREIRO, POIS ESTARÁ FUNDAMENTADO NÃO NUM REAL AUMENTO DA OFERTA E, SIM, NUMA RETRAÇÃO DA DEMANDA.

De acordo com o **IBGE**, o Brasil colheu, em 1983, uma safra de milho equivalente a 18,7 milhões de t, numa área de 10,7 milhões de ha, com um rendimento médio de 1.745 kg/ha. Cerca de 97% deste total foram colhidos na região Centro-Sul, cujo rendimento foi de 2.001 kg/ha.

Tendo em vista que, em 1º/01/83, o estoque de milho da **CFP** superava ligeiramente 1,7 milhão de t e que, até o início de janeiro, importaram-se cerca de 186 mil t (as exportações no período janeiro/dezembro foram de 682 mil t) pode-se estimar que tenham sido consumidas cerca de 20 milhões de t, ao longo de 1983, 4,7% a menos do que no ano anterior. Esta diminuição do consumo dá bem a medida da retração das atividades avícola e suinícola, pois o arraçoamento animal representa cerca de 85% de todo o consumo interno de milho e, normalmente, 90% da produção de rações e concentrados destinam-se às criações de aves e suínos. Embora ainda se trate de uma avaliação preliminar, sabe-se que o total de rações e concentrados produzido pelas indústrias, no ano passado, foi de 7,8 milhões de t, ou seja, 6% a menos do que a produção de 1982 e 22% abaixo do total produzido em 1980. Sintomaticamente, foi a produção de concentrados que registrou a maior queda (24%) em relação ao ano anterior, uma vez que a pouca disponibilidade de milho forçou muitos criadores a adquirirem a ração pronta, o que aumentou sua produção em 10%, relativamente à de 1982.

O baixo rendimento da safra brasileira de 1982/83 acarretou grande elevação dos preços e gerou a expectativa de que a área a ser plantada na presente safra apresentasse algum crescimento (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 9). De fato, de acordo com o Prognóstico do **IBGE**, em outubro de 1983, a região Centro-Sul e o estado de Rondônia planejavam plantar uma área 6,6% superior à superfície recém-colhida, o que possibilitaria colher 21,5 milhões de t, ou seja, 17% a mais do que a produção registrada em 1982/83, devido ao esperado ganho de 10% no rendimento físico. Os maiores incrementos de área cultivada ficaram por conta dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por sua vez, esperavam apresentar uma evolução conjunta da área semeada com o milho, em comparação com a área colhida em 1982/83, da ordem de 2,6%, sendo que, no caso específico do Paraná, haverá uma retração da ordem de 3,9%.

As diferentes tendências do plantio nestes estados podem ser explicadas pela grande atratividade exercida pela soja, em algumas regiões e, também, pelas conseqüências sobre os preços do milho, das perdas com as enchentes em meados do ano passado. Os produtores paranaenses (maior estado produtor de soja e que pouco sofreu com as enchentes) demonstraram interesse, inicialmente, em expandir o cultivo da leguminosa (em detrimento do milho) enquanto que o estado de Santa Catarina previa cobrir uma área, com a gramínea, 8,2% superior à colhida em 1983/84. Santa Catarina foi o estado que mais perdas contabilizou após as enchentes, além de contar com uma forte criação suinícola e com menor concorrência entre a soja e o milho do que o Paraná e o Rio Grande do Sul.

No final do ano, alteraram-se algumas previsões iniciais, admitindo-se, então, que cresça a área plantada com o milho, nos principais estados produtores. Esta modificação deve ter sido grandemente influenciada pela escassez de sementes de soja, que frustrou os planos daqueles que tencionavam aumentar sua área plantada.

No caso do estado do Paraná, por exemplo, de acordo com o **Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura**, antes do início do plantio previa-se que a área plantada com o milho seria de 2,26 milhões de ha, 4,5% menor do que a superfície colhida em 1982/83. No entanto, já em setembro, este número subira para 2,27 milhões de ha, evoluindo para 2,28 milhões de ha um mês após e encontrando-se, no início de janeiro, em 2,29 milhões de ha. O aumento na oferta provável do grão será da ordem de 89 mil t, com um rendimento esperado de 2.555 kg/ha.

Em dezembro, diversas áreas produtoras de milho, desde Goiás e Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, foram afetadas por uma estiagem que, por sua duração, causou quebras

localizadas de proporções consideráveis no caso gaúcho, e de menor importância, principalmente, nas áreas de plantio tardio, como é o caso de Minas Gerais.

Em fins de janeiro, a **Fecotrigo** estimava que já se haviam perdido 600 mil t das 4,1 milhões de t inicialmente previstas pelo **GCEA** para a produção gaúcha, devido à queda de 14% registrada no rendimento médio, que passou para 1.850 kg/ha. O Rio Grande do Sul viu, assim, frustrado seu programa para obtenção, no presente ano, de uma colheita próxima a 4 milhões de t. Esse programa havia sido lançado visando não só a assegurar o abastecimento interno do estado (cerca de 300 mil t/mês), como também a afastar definitivamente o espectro do sofrível resultado da colheita de 1982/83, quando a produção gaúcha não ultrapassou as 3,2 milhões de t.

Por outro lado, o veranico, ao afetar também a lavoura de soja — que, não tendo germinado, não pôde vir a ser replantada, devido à falta de sementes — favoreceu o plantio tardio do milho, o que, em última análise, poderá significar certo desafogo no abastecimento do estado, em meados do ano.

A situação paranaense, a propósito, revela-se um tanto diferente, e o estado deverá ser, mais uma vez, o principal produtor brasileiro. De acordo com os primeiros levantamentos, a seca de novembro, que atingiu algumas regiões do estado, não teve maiores conseqüências, causando uma perda de 5% da safra, que era esperada num intervalo de 5,6 a 6,1 milhões de t pelo **Deral**. Mesmo caindo para o intervalo entre 5,3 e 5,8 milhões de t, ainda será de 5,6% a 15,6% acima do total obtido no ano passado, o que, em princípio, pode ser considerado como um excelente resultado, creditado integralmente ao rendimento esperado, pois a área da safra em curso foi 3% inferior à superfície colhida em 1982/83. Ressalte-se, porém, que esta expectativa de ganho no rendimento resultou apenas das condições meteorológicas favoráveis após o plantio, pois, à semelhança do observado no restante do país, a utilização de insumos modernos foi limitada pela defasagem entre os custos de produção da safra e a renda média auferida pelos agricultores durante a comercialização do produto colhido no ano passado.

Já no caso de Santa Catarina, as perdas com a estiagem alcançaram 3%, o que levou a uma diminuição da ordem de 86 mil t na produção prevista pela **Cepa/SC**. Mesmo assim, o estado deverá produzir 2,789 milhões de t de milho, uma vez que a área plantada apresentou um aumento de 5% em relação à safra anterior, e o rendimento esperado, de 2.425 kg/ha, significa um ganho considerável sobre os 1.588 kg/ha registrados no ano passado. Este rendimento, no entanto, ainda pode ser considerado baixo, uma vez que na colheita realizada em regiões de plantio precoce ou tradicional do estado, no início de janeiro, obtiveram-se 2.800 kg/ha.

No que tange à demanda de milho no estado, que costuma ser da ordem de 250 mil t/mês, deverá, ao contrário do ocorrido em 1983, transcorrer sem maiores percalços, levando-se em conta, principalmente, a retração esperada na produção de aves de corte.

Em Minas Gerais, a seca foi bastante diferenciada por regiões, tendo atingido as áreas do Jequitinhonha, Nordeste, Zona da Mata, Triângulo e o Sul do estado, com comprometimento das áreas plantadas da ordem de, respectivamente, 70%, 40%, 10%, 10% e 20%. Destas, destacam-se como de maior importância as duas últimas, cujas perdas, segundo a **CFP**, comprometeram a performance estadual em 121,5 mil t em relação à expectativa inicial da safra, e que, no início de fevereiro, foi reavaliada para 2,719 milhões de t. De qualquer forma, tendo em vista que, após a contabilização destas cifras, não mais ocorreram chuvas, é de se esperar que novas reavaliações baixistas ainda venham a ser feitas. Afinal, o cultivo do milho, em Minas Gerais, bem como em Goiás, não só é tardio em comparação com o dos outros estados do Centro-Sùl, como também é diferenciado por regiões.

O estado de São Paulo, terceiro principal produtor brasileiro de milho, no ano passado, produziu, de acordo com o **IEA**, 3,159 milhões de t. Em outubro, estava previsto que o estado plantaria uma área de 1,23 milhão de ha que, à produtividade média dos cinco últimos anos, geraria uma colheita da ordem de 3,079 milhões de t. A superfície aumentaria 5,6% em relação à área colhida em 1982/83 e a produção seria 2,5% menor. Houve menor utilização de fertilizantes.

No início de janeiro, também devido à estiagem, perderam-se, segundo cálculos preliminares do **IEA**, perto de 154 mil t, tendo em vista a diminuição de 5% verificada no rendimento inicialmente esperado. Assim, a produção reduziu-se para 2,925 milhões de t, quantidade insuficiente para atender ao consumo do estado, que costuma ser da ordem de 5 a 5,5 milhões de t/ano. É de se esperar, daí, que a tradicional pressão sobre a oferta do produto paranaense só não seja maior do que a do ano passado devido à menor atividade esperada nos criatórios paulistas de aves ao longo de 1984.

Assim sendo, estes cinco estados, que, normalmente, responsabilizam-se por mais de 80% da safra total de



milho, estão em vias de colher 17,5 milhões de t, 11% a mais do que sua produção estimada pelo **IBGE**, para a safra 1982/83. Caso a falta de chuvas perdure em algumas das regiões produtoras, é certo que o resultado da colheita será menor, uma vez que seu início (à exceção da colheita do milho precoce) não se dá antes de março.

Paralelamente, as condições meteorológicas que vêm sendo observadas na região Nordeste não deixam espaço para previsões otimistas. É verdade que há notícias segundo as quais as precipitações ao longo de 1984 poderão vir a ser semelhantes às regulares de 1982, mas persistem dúvidas quanto à capacidade de recomposição hídrica do solo. Além disso, a escalada dos custos de produção sem dúvida representa um empecilho, não só ao plantio, como também à obtenção de um bom resultado no rendimento médio da lavoura.

No ano passado, de acordo com o **IBGE**, o Nordeste colheu apenas 306.916 t de milho (ou seja, praticamente a quantidade equivalente a um mês do consumo regional) enquanto que, em anos com um regime de chuvas considerado como bom para a região, a colheita pode ultrapassar um milhão de t, como foi o caso das 1.134.593 t colhidas na safra 1981/82.

Concomitantemente à indefinição quanto ao resultado da colheita de milho de 1983/84, há as novas regras de comercialização da safra de grãos contidas nas alterações determinadas pelo **Conselho Monetário Nacional** no perfil dos **Empréstimos do Governo Federal — EGF's**. Destas, sabe-se, até o presente momento que, quando realizados por produtores, os **EGF's** serão feitos à base de correção monetária plena, adicionada de juros anuais de 3%, enquanto que as indústrias deverão pagar 100% da variação das **ORTN's** mais 12% de juros a.a.. Paralelamente, cessou a concessão do **EGF** sem opção de venda ao governo — o que é compreensível, em se tratando de um ano em que os estoques governamentais de grãos encontram-se próximos de zero — e existindo, ainda a serem divulgadas, modificações em relação aos prazos dos empréstimos.

Como se não bastasse o pequeno volume de recursos oficiais que será direcionado à comercialização da safra 1983/84, esta retirada de subsídios à estocagem federal representou um rude golpe para os produtores, que contavam como de hábito, manter seu grão recém-colhido armazenado pelo governo, tendo em vista a falta crônica de recursos próprios. Para o agricultor é mais importante, muitas vezes, assegurar o fluxo contínuo de recebimento do grão necessário à manutenção dos rebanhos, do que uma posterior sinalização favorável do preço no mercado, tendo em vista o fato de o milho destinar-se, basicamente, à alimentação de rebanhos próprios.

É provável, por outro lado, que, aos produtores de milho de maior porte, venha a ser mais interessante a realização imediata do **AGF**, tendo em vista a remuneração elevada que poderão obter ao investirem a renda resultante no mercado financeiro. Afinal de contas, a retração da demanda de milho, que se configura para 1984, não deixa margem a qualquer otimismo em relação à evolução futura das cotações após o pico de safra, mesmo porque a política governamental de contenção inflacionária parece, até, sugerir que as autoridades econômicas não hesitarão em adquirir milho no exterior durante a entressafra, caso os preços apresentem uma tendência altista. No entanto, as importações, provavelmente, não serão necessárias ao longo de 1984, tendo em vista que as primeiras confrontações entre a produção esperada e a demanda provável não parecem apontar para dificuldades no abastecimento interno.

Embora ainda não haja cálculo oficial em relação ao consumo de milho esperado para o ano em curso, é muito provável que ele seja similar ao de 1983, quando atingiu, segundo cálculos preliminares da **CFP**, 19,7 milhões de t. Afinal, a avicultura tem projetado com muita cautela seu crescimento para 1984, pois teme ser, mais uma vez, prejudicada por uma oferta insuficiente de insumos. O mesmo acontece com a suinocultura, cujo crescimento deverá ser nulo ao longo deste ano. Paralelamente, o constante adiamento da retirada do subsídio do trigo vem mantendo como apenas um projeto a utilização da farinha de milho desengordurada na substituição à farinha de trigo, para a elaboração de massas alimentícias. Mesmo a perspectiva, em face do vantajoso preço do milho em relação ao de outros alimentos, de crescer o consumo humano direto, não parece sugerir aumento substancial da demanda. O **consumo na propriedade**, normalmente, significa 50% da demanda total.

Em meados de fevereiro, a **CFP** divulgou, numa previsão preliminar, que a safra de milho no Centro-Sul viria a ser de 20,6 milhões de t, enquanto que a do Norte-Nordeste alcançaria 921,6 mil t. No entanto, a concretização de resultado mais modesto para a porção setentrional do país deve ser encarada como hipótese viável, admitida até mesmo por aquele órgão oficial. Desta maneira, numa previsão mais moderada de safra, o Norte-Nordeste colheria não mais do que 500 mil t, o que levaria o total nacional para 21,1 milhões de t. Neste caso, haveria uma folga superior a 1,1 milhão de t ao longo de 1984, pois deve, também, ser levado em consideração o ainda não divulgado estoque governamental que, estima-se, tenha sido de cerca de 200 mil t.

De modo algum, todavia, esta perspectiva deve ser encarada como alvissareira, uma vez que este possível superávit no balanço de oferta/demanda de milho, além de pequeno em relação à safra, seria apenas uma conseqüência da forte retração pela qual vêm passando os consumidores, dentro do processo recessivo da economia como um todo.

SOJA

AS ELEVADAS COTAÇÕES EXTERNAS DA SOJA FORAM O PRINCIPAL INCENTIVO AO PLANTIO. O PROCESSO DE ALTA NÃO SE MANTEVE POR MUITO TEMPO, LEVANDO À SUSPENSÃO DAS EXPORTAÇÕES, O QUE CRIOU SÉRIOS PROBLEMAS PARA OS PRODUTORES E PARA A INDÚSTRIA. ESPERA-SE QUE AS EXPORTAÇÕES DA SOJA E DERIVADOS RENDAM AO PAÍS, ESTE ANO, CERCA DE US$ 3 BILHÕES.

Os produtores de soja, diante dos preços registrados em **Chicago** no segundo semestre de 1983, resolveram investir e apostar na cultura, na safra 1983/84. Depois de muitos anos, assistiu-se a uma corrida para o plantio, que fez lembrar a euforia do início da década de 70.

Em todos os estados, houve uma intensa procura por sementes, cuja disponibilidade foi o principal fator limitante da expansão da lavoura. De qualquer forma, o quadro que se delineava, no início do plantio, não poderia ser mais animador. Falava-se em preços médios ao produtor, na época de **pico** de comercialização, ao redor dos Cr$ 25 mil/saca, cinco vezes mais do que a média de 1983. Cogitava-se, ainda, da obtenção de até US$ 4 bilhões com as exportações de soja e seus derivados, mais de US$ 1 bilhão acima do obtido no ano anterior. O entusiasmo da época fez parecer reais as perspectivas que, de fato, eram apenas potenciais.

No plano interno, era conhecida a escassa disponibilidade de sementes, como conseqüência do excesso de chuvas em maio de 1983, que reduziu sua produção. Acrescente-se, ainda, que a Circular 706, do **Banco Central do Brasil**, ao desobrigar o uso de sementes certificadas, quando da tomada de recursos para o custeio, desestimulou a produção, a partir da safra 1982/83.

Apesar disso, estimou-se que a área plantada com soja poderia crescer até 10% em relação aos 8,5 milhões de ha, de 1983. A produção, por sua vez, foi projetada por diversas entidades bem acima das 16 milhões de t, contra 14,6 milhões na última safra.

A agricultura, entretanto, é naturalmente sujeita a instabilidades. Já no início do plantio, registraram-se alguns problemas de escassez de chuvas, o que fez com que se retardasse a semeadura. Plantaram-se variedades precoces, numa época em que o mais indicado já eram as de ciclo médio e tardio, o que poderá refletir-se sobre a produtividade. Posteriormente, a seca, que ocorreu nas regiões produtoras, entre dezembro e janeiro, deve ter causado algumas perdas localizadas, pois a soja tem uma boa capacidade de recuperação.

O final de janeiro e a primeira quinzena de fevereiro foram marcados por chuvas regulares que, além de recomporem a umidade do solo, propiciaram o combate natural ao surto de lagartas que vinha ocorrendo. Este tipo de praga aparece no período seco, sendo eliminadas por fungos que se desenvolvem nas plantações, quando há umidade.

Até meados de fevereiro, as condições gerais das lavouras permaneceram boas, com produtividades médias estaduais projetadas não mais em níveis potenciais, mas dentro da média histórica dos rendimentos, em anos normais.

Dessa forma, no Paraná, espera-se uma produtividade ligeiramente superior aos 2 mil kg/ha e no Rio Grande do Sul, as estimativas do **IBGE** e da **Fecotrigo** se aproximam, situando-se em torno dos 1.540 kg/ha.

Apesar das dificuldades iniciais, diversas entidades vêm estimando que o plantio da soja apresentou um incremento da ordem de 7% nacionalmente, o que representaria algo em torno dos 9,1 milhões de ha.

Em nível de estado, nesta safra, além dos aumentos (já tradicionais) no Centro-Oeste, registrou-se um sensível crescimento da área do Paraná. O Rio Grande do Sul deverá repetir os 3,6 milhões de ha semeados em 1983. A explicação geral para o aumento do plantio são os já referidos elevados preços externos da soja. Outros fatores também estiveram presentes, porém.

No Paraná, o aumento estimado de 150 mil ha, 7% a mais do que em 1983, deve-se ainda ao decréscimo do algodão e à erradicação de cafezais. No Rio Grande do Sul, a despeito das previsões iniciais de aumento de área, a estiagem de dezembro e a escassez de sementes em geral e de ciclo médio e tardio, em particular, fez com que a área se mantivesse estável. É nesse estado ainda, que já se registram as primeiras perdas da safra 1983/84. As regiões de São Borja, São Luís Gonzaga e Itaqui foram bastante atingidas pela seca.

No Centro-Oeste, o crescimento da área mostrou-se bastante acentuado, ficando os maiores aumentos por conta dos estados de Mato Grosso e Goiás. Áreas já desmatadas e onde se produziu arroz por um ou dois anos passaram a ser incorporadas ao plantio de soja. Neste ano, os preços estimulantes do mercado internacional

parecem ter acentuado a vantagem que as terras mais baratas da região (em relação aos estados do Sul) oferecem ao cultivo da soja. Conforme se observa no Quadro 10, a produção apresentou grande crescimento nos estados centrais, apesar da distância dos centros processadores. A área colhida no Centro-Oeste foi multiplicada por três, entre 1977 e 1983, enquanto, na região Sul, houve um decréscimo, a partir de 1980.

Para 1984, o **IBGE** estima que sejam plantados perto de 2 milhões de ha no Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e Goiás e projeta uma colheita de 3,5 milhões de t, nesses três estados.

É possível que se deva ter alguma cautela em relação aos resultados das lavouras, nesta safra, uma vez que deve ter sido semeada uma boa quantidade de grãos comuns, em lugar de sementes certificadas, em especial no Centro-Oeste, que tradicionalmente importa esse insumo dos outros estados.

De qualquer modo, pode-se supor que, mantidas boas condições climáticas até a colheita, o rendimento médio no país se situe ao redor de 1.750 kg/ha. Em anos de safras **cheias**, como os de 1979/80 e 1980/81, os rendimentos médios foram de 1.727 kg/ha e 1.765 kg/ha, respectivamente. Esse patamar de rendimento representaria uma safra pouco inferior a 16 milhões de t.

A obtenção de um bom resultado no campo, contudo, é condição necessária, mas não suficiente, para a obtenção pelos produtores de uma boa receita financeira ao final da safra, a qual depende, ainda, das condições de comercialização. Nesse aspecto, estão sendo delineadas dificuldades, tanto internas quanto no panorama internacional. No plano interno, diante da necessidade de cumprimento do acordo com o **Fundo Monetário Internacional**, serão comprimidos os gastos governamentais, o que significará, para o **Setor Agrícola**, uma redução na disponibilidade de recursos para **Empréstimos e Aquisições do Governo Federal (EGF's e AGF's)**. Além disso, já haviam sido elevadas as taxas de juros, para os empréstimos na fase de comercialização da safra 1983/84, para 100% da variação das **ORTN's** mais 3%, no caso dos produtores e 100% da variação das **ORTN's**, mais 12%, no caso dos beneficiadores. Também foram aumentadas para 100% da variação das **ORTN's** mais 3% as taxas de juros a empréstimos destinados à exportação (indústrias e **trading companies**).

QUADRO 10 - SOJA-EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA NO BRASIL E EM REGIÕES SELECIONADAS – 1978 A 1984 – 1.000 ha

	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Região Sul	6.590	6.512	6.846	6.919	6.550	6.084	5.783
Região Sudeste	549	671	653	723	730	745	728
Região Centro-Oeste	480	587	754	1.130	1.201	1.361	1.618
Brasil	7.070	7.780	8.256	8.774	8.485	8.202	8.136

FONTE – IBGE

Esse conjunto de medidas dificulta, pelo encarecimento e/ou escassez, a obtenção, por parte dos agricultores, de crédito de comercialização, que existe justamente para possibilitar o espaçamento das vendas ao longo do ano, o que, em tese, aumenta a receita auferida pelo produtor rural.

No caso da soja, os empréstimos ao segmento exportador acabavam sendo repassados, também, em parte, aos agricultores.

Os possíveis reflexos desta situação são preços menores aos produtores e, mais provavelmente, encarecimento dos preços dos produtos finais aos consumidores de farelo e óleo.

Nesse cenário, a queda das cotações internacionais da soja em grão, farelo e óleo só vêm trazer novas dificuldades ao fluxo de comercialização. Inicialmente, em setembro de 1983, quando se teve como certo que uma violenta seca tinha reduzido a safra norte-americana em aproximadamente 20 milhões de t, os exportadores brasileiros traçaram planos ambiciosos. Propunham colocar elevadas quantidades de produtos no mercado internacional no primeiro semestre de 1984 e re-importarem, no segundo semestre, para abastecer o mercado interno. Esse movimento garantiria um ganho líquido para os exportadores e para a balança comercial, pois se previa que as cotações tenderiam a declinar no segundo semestre, em função da previsível recuperação da safra 1984/85, nos **EUA**.

No entanto, a realidade está sendo diferente. Os preços internacionais da soja e seus derivados têm caído constantemente e, em meados de fevereiro, situaram-se no patamar de US$ 7/**bushel**, depois de terem atingido US$ 8,83/**bushel** como média mensal, em setembro último. Diante disso, a **Cacex** suspendeu as exportações, alegando que estaria havendo manobras, por parte de um conjunto de empresas, para provocar a queda dos preços. Aquele organismo deve ainda fixar preços mínimos de exportação e propor à **Argentina**, que deverá colher perto de 5 milhões de t, uma estratégia conjunta de comercialização. Para os produtores e industriais, a suspensão das vendas representa um novo problema: como financiar a retenção dos estoques de grão, farelo e óleo, já que deverão escassear mesmo os recursos que normalmente eram utilizados como ca-

pital de giro na comercialização? De qualquer forma, é improvável que o Brasil possa se ausentar do mercado por muito tempo. O complexo da soja tem grande importância na geração do superávit comercial no primeiro semestre e o cumprimento das metas de exportação parece fundamental para que o **Fundo Monetário Internacional** continue dando o seu aval à política econômica do país.

Conhecendo essa situação, é possível que os importadores de soja e seus derivados tenham-se retraído, acentuando um sentimento baixista já existente no mercado.

É evidente que os importadores terão de retomar suas compras, assim como é evidente que o Brasil terá de vender, até porque, se não o fizer, outros fornecedores o farão.

Independente de manobras especulativas de quaisquer participantes do mercado, a demanda por soja tem-se retraído. As exportações e a moagem do produto norte-americano apresentaram quedas substanciais em relação ao ano agrícola 1982/83. Conforme se observa no Quadro 11, a demanda (moagem mais exportações) de soja nos **EUA**, caiu de 1º de outubro de 1983 a 5 de fevereiro de 1984, 15% em relação ao ano anterior. Também a moagem brasileira foi 14% menor e o resultado disso é uma demanda global de 21,2 milhões de t contra 25 milhões de t no mesmo período do ano anterior.

A principal razão apontada para esse desempenho é a manutenção do dólar supervalorizado em relação às moedas européias. Em janeiro de 1984, por exemplo, a moeda norte-americana alcançou o seu mais alto valor dos últimos dez anos em relação ao marco alemão, situando-se 18% acima da média de janeiro de 1983.

No início de fevereiro, o dólar desvalorizou-se ligeiramente, mas ainda não é possível prever a recuperação da demanda baseada no barateamento dos preços das **commodities** que o enfraquecimento do dólar no mercado europeu causaria.

QUADRO 11 – SOJA – INDICADORES DA DEMANDA MUNDIAL – 1982/83 E 1983/84[1] – 1.000 t

	out-82/jan-83	out-83/jan-84	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EUA			
Exportação	10.029	8.296	–17
Moagem	11.731	10.177	–13
BRASIL			
Moagem	2.847	2.444	–14
Total[2]	24.993	21.161	–15

FONTE – Safras e Mercado

[1] Ano comercial internacional outubro/setembro.

[2] Inclui a soma das exportações brasileiras, argentinas e paraguaias de soja em grão, pouco expressivas nessa época do ano.

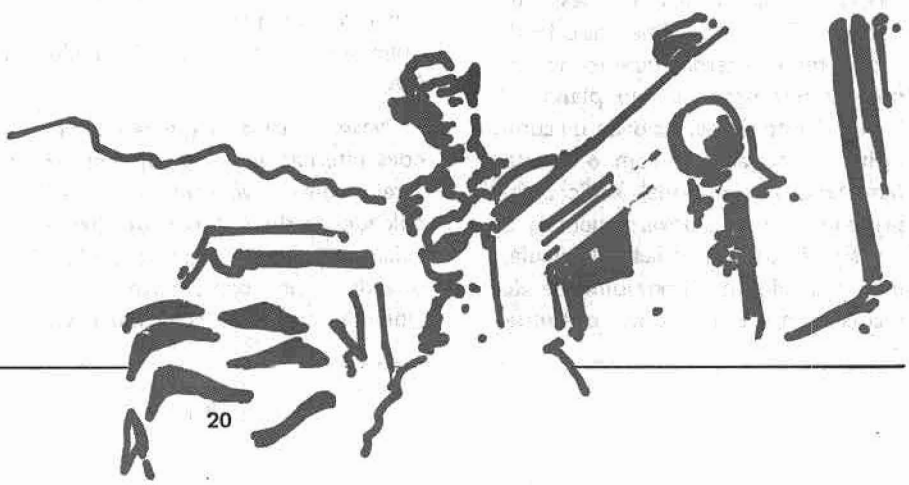
Para o Brasil, esse é um dado fundamental, que ditará a que níveis de preços seus produtos serão vendidos. Os outros dois componentes importantes do cenário são, daqui para a frente, a evolução da demanda interna dos **EUA**, assim como sua safra 1984/85.

De acordo com as informações disponíveis até agora, o **USDA** está projetando para 1983/84, preços médios de US$ 290 t de soja em grão, US$ 250 t de farelo e US$ 620 t de óleo, o que possibilitaria um ingresso líquido próximo de US$ 3 bilhões, com a exportação de 1,5 milhão de t de grão, 8 milhões de farelo e 900 mil t de óleo.

O abastecimento interno e os preços praticados no mercado interno estarão, como sempre, atrelados à evolução do mercado internacional.

Não é garantido que cotações em queda em **Chicago/EUA** redundem em menores preços do óleo nas prateleiras dos supermercados. Às vezes, o preço baixo no mercado externo é argumento para a elevação dos preços internos. Neste caso, alega-se que é preciso fazer um **mix** de preços que possibilite às empresas continuarem funcionando. Em nível de produtor, é possível projetarem-se preços para maio, da ordem de US$ 23 mil/sc, seguramente menos do que se pensou à época do plantio, mas ainda assim, apresentando um retorno bruto próximo aos 40%, descontando-se os custos de produção calculados pela **Fecotrigo**.

É necessário acrescentar que muita coisa ainda está por ser definida. Além da própria safra, a política de comercialização determinará a estratégia de todos os participantes do mercado.



PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR

O **Ato nº 09/84**, de 22/2/84, do **IAA**, reajusta em 46% os preços da cana-de-açúcar e do mel residual, bem como as remunerações aos produtores de açúcar e álcool de todos os tipos (Diário Oficial de 23/2/84).

O **Diário Oficial** de 28/2/84 publica o **Ato** nº 10/84 de 24/2/84 do **IAA**, onde são apresentadas as tabelas explicativas referentes ao reajuste.

O reajuste anterior ocorreu em outubro de 1983 (ver **Agroanalysis** vol. 7, nº 10, out/83).

Em 29/2/84, a **Portaria nº 30**, da **Sunab**, divulgou os **Preços-refinaria CIF e Consumidor** do açúcar refinado amorfo a vigorarem nos municípios das regiões metropolitanas do **Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória** e **Belo Horizonte**, e nos municípios de **Vila Velha, Cariacica, Viana** e **Serra**, todos no **Espírito Santo**, que foram fixados em Cr$ 21.716/25 kg (preços-refinaria) e Cr$ 450/kg (consumidor). Para os municípios da **Região Metropolitana de Curitiba**, os preços serão de Cr$ 21.909/25 kg e Cr$ 454/kg e nos municípios da área metropolitana do **Recife**, de Cr$ 24.941/25 kg e Cr$ 522/kg.

O reajuste anterior dos preços do açúcar refinado amorfo ocorreu em 4/1/84 e os novos preços representam uma elevação de 49% em relação aos fixados naquela data.

O **Ato nº 11/84**, de 1º/3/84, do **IAA**, fixa as datas de 30/5/84, para o **Centro-Sul**, e 30/8/84, para o **Nordeste**, como limites para a instalação obrigatória nas usinas de açúcar e destilarias autônomas da estrutura necessária à apuração dos teores de sacarose e pureza do caldo das canas recebidas de fornecedores.

Dispõe, ainda, o **Ato** que, caso a unidade industrial estiver com seu laboratório sem condições de operação ou descredenciado, as canas deverão ser pagas pela maior média quinzenal dos resultados tecnológicos apurados nas unidades industriais do estado ou região em que estiver localizada, não podendo aplicar qualquer desconto sobre o preço ou peso da matéria-prima (Diário Oficial de 12/3/84).

O **Ato nº 13/84**, de 8/3/84, do **IAA** modifica os valores do **ICM** sobre a matéria-prima, o que modifica os preços de faturamento dos açúcares destinados à exportação, à **Zona Franca de Manaus** e aos estados do **Acre** e **Rondônia**, dos álcoois destinados a fins carburantes e à exportação e do mel rico invertido, bem como os valores destinados ao **Pis** e ao **Finsocial** incidentes sobre aqueles preços. São mantidos os demais valores constantes do **Ato** nº 10/84 (Diário Oficial de 8/3/84).

ÁLCOOL

O **Ato nº 07/84** de 15/2/84 do **IAA** dá uma nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 6 do Ato 47/79 que definem as condições para que seja considerado como obtido diretamente da cana o álcool produzido (Diário Oficial de 20/2/84).

A medida visa a ampliar a eficiência do controle na apuração dos subsídios de equalização de custos e revoga o Ato 59/83 (ver **Agroanalysis**, vol. 7, nº 11, nov/83). De acordo com este dispositivo, passava-se a considerar como obtida diretamente da cana a produção de álcool que excedesse o coeficiente de 116,67 l/t de açúcar produzido. A nova medida mantem essa relação, esclarecendo, contudo, as correções decorrentes de aquisições e/ou vendas de mel residual.

ALGODÃO

A **Portaria nº 49** de 21/2/84 do **Ministério da Agricultura** criou a **Comissão de Coordenação de Erradicação do Bicudo** (Diário Oficial de 23/2/84).

A **Comissão**, que tem por objetivo coordenar em nível nacional, as atividades de vigilância e erradicação da praga, será constituída de **Comissões Estaduais** e **Grupos Técnicos de Erradicação.**

CERRADOS

A **Portaria Interministerial** nº 030–A de 29/2/84 cria a **Coordenação Interministerial do Programa de Exportação do Porto de Tubarão.**

Assinam a **Portaria** os **Ministros do Planejamento, Fazenda, Transportes, Minas e Energia, Agricultura, Indústria e Comércio** (Diário Oficial de 8/3/84).

A **Coordenação** deverá propor políticas e diretrizes gerais a serem observadas pelo programa; examinar os projetos propostos e submetê-los aos ministros; coordenar a captação dos recursos necessários à implantação dos projetos e acompanhar a execução e avaliar os resultados.

IMPORTAÇÕES

A **Resolução nº 05.05.76** de 24/1/84, da **Comissão de Política Aduaneira**, alterou de 12 mil t para 10 mil a quota de fibras de juta ou **kenaf** que poderão ser importadas com isenção de Imposto de Importação e prorroga até 20/3/84 o prazo de vigência da medida (Diário Oficial de 15/2/84).

O mesmo **Diário Oficial** publica a **Resolução 05.05.77**, de 24/1/84, da **CPA** que prorroga até 27/9/84 o prazo de isenção do Imposto de Importação para as compras de milho em grão. A medida, que fora adotada inicialmente em outubro de 1983, tinha como objetivo conter a alta dos preços e regularizar o abastecimento interno (ver **Agroanalysis** vol. 7, nº 10, out/83).

LEITE

As **Portarias** de nºs 3 a 13, de 3/2/84, da **Sunab**, disciplinam os preços máximos de venda ao consumidor do leite pasteurizado magro, com mínimo de 2% de gordura, em função da incidência do **ICM** sobre o produto, cuja alíquota foi alterada de acordo com o previsto no **Decreto-Lei nº 2.065** de 26/10/83 e cujo tratamento tributário foi estabelecido através do **Convênio ICM 25/83** (ver **Agroanalysis** vol. 7, nº 10, out/83 e vol. 7, nº 12, dez/83). Assim, nos estados do **Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás** e no **Distrito Federal**, o litro do leite passou a custar Cr$ 261. Nos demais estados foi mantido o preço de Cr$ 240/l.

As **Portarias** de nºs 14 a 26, de 3/2/84 da **Sunab** e 27, de 07/2/84, além de confirmarem os preços do leite no nível do produtor fixados nas **Portarias** de nº 48 a 51 de 15/12/83, alteram os preços ao consumidor do leite com 3,2% de gordura que, nos estados em que o **ICM** for reformulado nos termos acima, passa a custar Cr$ 272/l (Diário Oficial de 7/2/84 e 9/2/84).

OLERÍCOLAS

A **Portaria** nº 27, de 7/2/84, do **Ministério da Agricultura**, criou, no âmbito do **Ministério**, a **Comissão Técnica de Sementes de Olerícolas**. A medida, que atende deliberação da **Comissão Nacional de Sementes e Muda** visa a criar condições que reduzam, ou eliminem, as importações de olerícolas, permitindo que o país não só atinja a auto-suficiência na sua produção, como venha a realizar exportações (Diário Oficial de 9/2/84).

PREÇOS MÍNIMOS

A **Carta Circular nº 991**, de 8/2/84, do **Banco Central**, divulga os preços mínimos básicos a vigorarem no Norte-Nordeste na safra de 1984 para o algodão, amendoim, feijões anão e macaçar, mamona, milho e sorgo bem como para o feijão anão, amendoim, girassol e batata-semente a serem colhidos no Centro-Sul, a partir de abril/maio (Diário Oficial de 10/2/84).

SOJA

O **Comunicado nº 73**, de 10/2/84, da **Cacex** suspendeu temporariamente as exportações de soja e derivados. A medida foi conseqüência da queda de preços verificada no mercado internacional e atribuída por vários analistas do mercado a manobras especulativas (Diário Oficial de 14/2/84).

TRIGO

A **Portaria nº 27**, de 22/2/84, da **Sunab**, fixa os novos preços para a venda de trigo aos moinhos em Cr$ 148.218/t para o produto de procedência estrangeira e para o de origem nacional, com PH 78. No caso do trigo nacional, os preços declinarão em função do PH do produto.

Recorde-se que a **Portaria nº 55**, de 29/12/83, fixou o preço de aquisição do trigo nacional, a vigorar em janeiro deste ano, em Cr$ 199.733/t para o produto com PH 78.

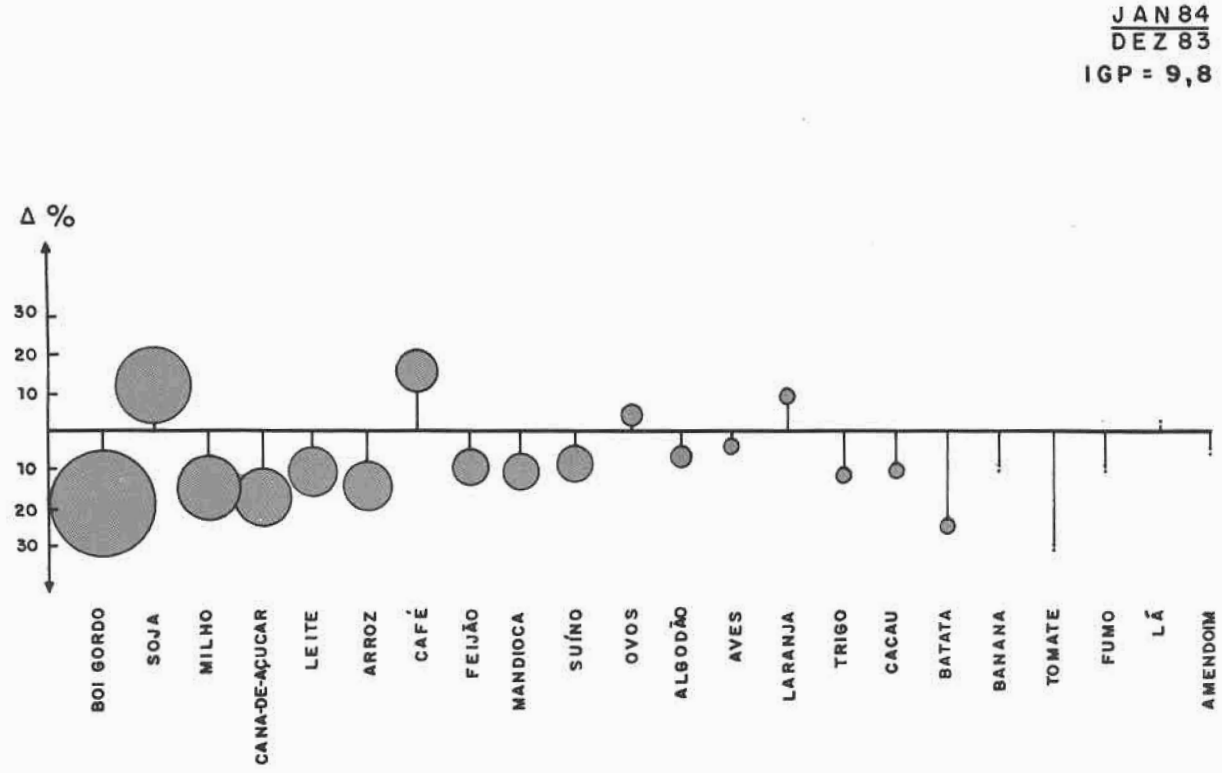
Na mesma **Portaria nº 27** estão os novos preços máximos de venda **FOB**-moinho, da farinha de trigo, Cr$ 10.353/50 kg, a comum e Cr$ 13.252/50 kg, a especial. A farinha comum para fins não alimentícios terá um acréscimo-diferença de Cr$ 9.051/50 kg.

Estes reajustes configuram uma elevação de 50% em relação aos preços anteriores e que vigoravam desde setembro do ano passado. Apenas no caso da farinha para usos não alimentícios houve um aumento maior, de 172%.

A **Portaria nº 27** especifica, ainda, que para fins de devolução do subsídio correspondente à exportação de produtos alimentícios, que contenham trigo em sua composição (ver **Agroanalysis** vol. 8, nº 1, jan/84), os preços da farinha de trigo comum e especial passarão a ser, respectivamente, de Cr$ 19.404/50 kg e Cr$ 24.837/50 kg.

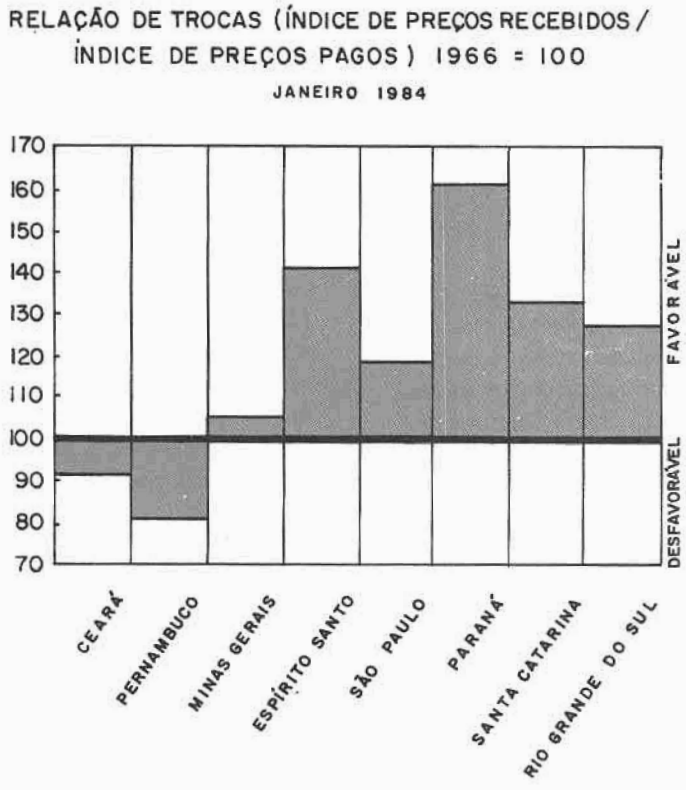
A **Portaria** afirma, ainda, que na produção da farinha de trigo comum e da especial em embalagens de 25 e 50 kg, os moinhos poderão adicionar até 10% de farinhas sucedâneas, apropriadas para consumo humano e aprovadas pelo **Ministério da Agricultura.**

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária. em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativas a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.



PRODUTO REAL DA AGRICULTURA

Este texto pretende responder às principais indagações que, com frequência, são formuladas ao **Centro de Estudos Agrícolas** sobre como se obtém o produto real da agricultura.

Teoricamente, esse produto representa o fluxo da quantidade física da produção realizada em cada período (em geral, um ano), expresso em termos de valor adicionado, a preços constantes. Devido à precariedade e/ou inexistência dos dados estatísticos apropriados, tem-se mostrado irrealizável, no **Brasil**, apurar com regularidade esse valor[1].

Até 1970, o **Centro de Contas Nacionais/IBRE/FGV** calculou o produto real da agricultura brasileira, refletindo, a grosso modo, as quantidades totais produzidas. Para tanto, conforme metodologia já divulgada[2], foram agregados os índices da produção física de três grandes subsetores: lavouras, produção animal e derivados e extrativismo vegetal. As ponderações, respectivamente iguais a 60,84%, 30,87% e 8,29%, originaram-se do valor da produção de 1970 (dados censitários).

Nas lavouras, foram considerados os valores da safra de cerca de cinqüenta produtos vegetais (excluindo as hortaliças). A produção animal e derivados constou dos abates das principais espécies animais e da produção de leite, lã, ovos, mel, cera de abelha, casulos de seda, pescado, bem como da variação dos rebanhos. Quanto à atividade extrativa, espelhou o comportamento da produção de aproximadamente trinta espécies vegetais. Os três índices são do tipo Laspeyres, de base móvel.

Apesar de menos problemático do que o cálculo do valor, o dos índices também esbarra em sérias dificuldades, em especial devido ao processo descontínuo de apuração da massa de informações que são necessárias. Além disso, para o último decênio, escassearam os dados estatísticos anuais e não raro os disponíveis se mostraram inconsistentes. Por isso, o **Centro de Contas Nacionais** vem conservando, no **Sistema de Contas Nacionais do Brasil**, as previsões (sujeitas a toda sorte de correções) de crescimento do produto real agrícola realizadas pelo **Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV** e somente retifica a série, após a divulgação dos **Censos Agropecuários**.

As estimativas do **Centro de Estudos Agrícolas** são uma média dos percentuais previstos de variação da produção física anual das lavouras e da pecuária, ponderada segundo a participação de cada um desses subsetores no valor total da produção agropecuária do país, no ano de 1975 (pesos iguais a 62,85% e 37,15%, respectivamente).

Nessas estimativas preliminares se incluem dezesseis lavouras, cujos valores, somados, alcançam pouco mais de 90% da produção do subsetor. O cálculo é feito a preços médios de 1975. A variação percentual média do agregado obtém-se confrontando-se os valores totais dos anos corrente e imediatamente anterior (sempre a preços de 1975). No tocante à pecuária, a variação percentual do **quantum** produzido é calculada a partir das estimativas das variações físicas (em percentagens) dos abates de bovinos, suínos e aves e, ainda, da produção de ovos e leite.

As estatísticas anuais de produção utilizadas provieram do **ETEA**, do **Ministério da Agricultura**, até 1972 e, a partir daí, da **Fundação IBGE**, sendo de notar, contudo, que deixaram de ser divulgados oficialmente os resultados estatísticos de 1971 e 1972, em virtude de sobrepeso de erros. As séries do Ministério e do **IBGE** não podem ser comparadas.

QUADRO 12 BRASIL
SETOR AGRÍCOLA
EVOLUÇÃO DO PRODUTO REAL
1971 A 1983

ANO	VARIAÇÕES PERCENTUAIS
1971	11,3
1972	4,1
1973	3,6
1974	8,2
1975	5,2
1976	2,9
1977	11,8
1978	–2,6
1979	5,0
1980	6,3
1981	6,4
1982	–2,5
1983	2,2

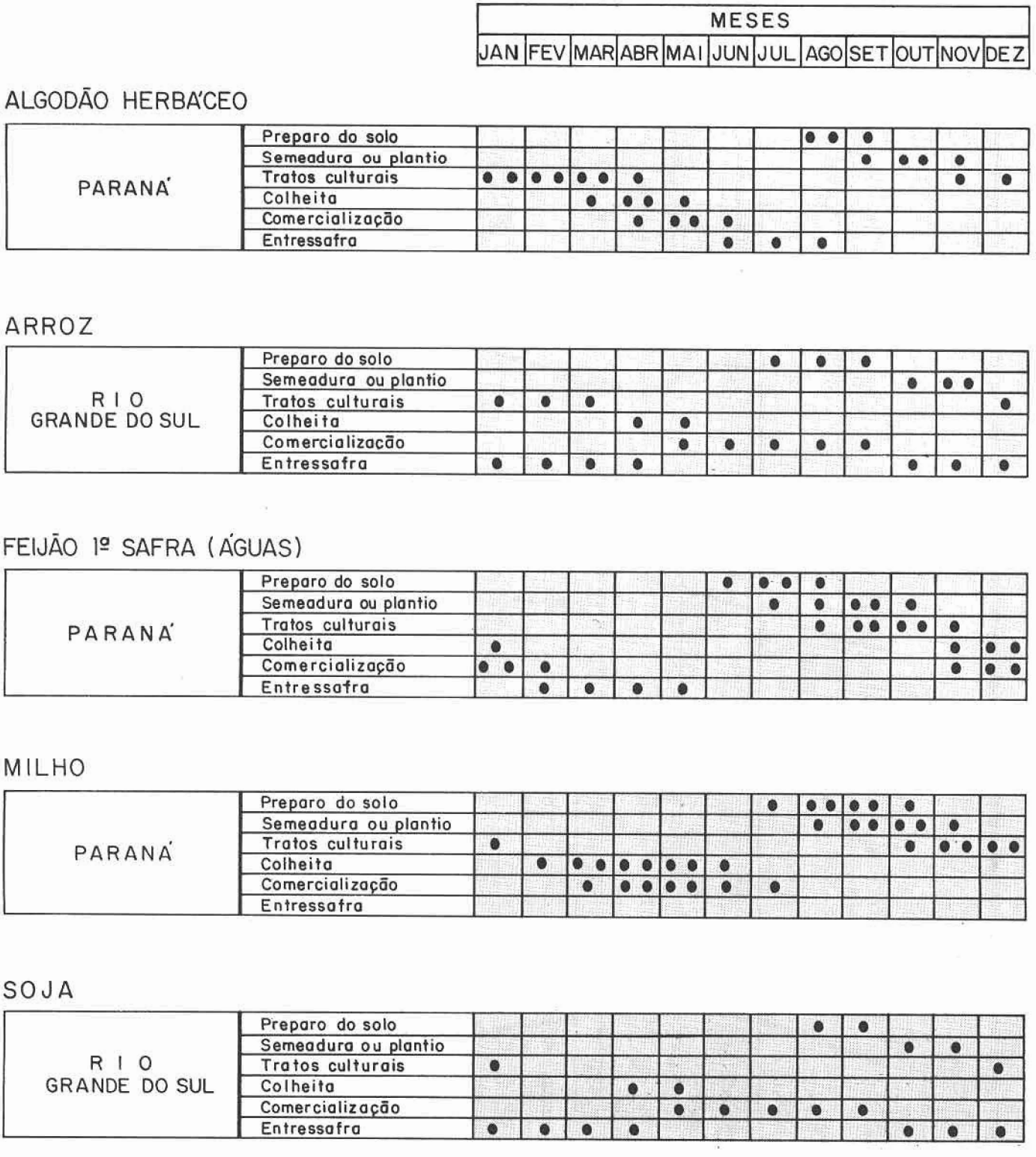
FONTE – CCN/DCS/IBRE/FGV E CEA/DEE/IBRE/FGV.
Dados sujeitos a retificações.

[1] **Com alguns ajustamentos, os índices de preços recebidos e de preços pagos pelos agricultores, elaborados pelo Centro de Estudos Agrícolas, prestam-se para deflacionar os valores correntes da produção e do consumo intermediário, mas com isso não se esgotam as dificuldades.**

[2] **Metodologia Empregada nos Principais Agregados das Contas Nacionais e Regionais – CCN/IBRE/FGV, julho de 1978.**

CALENDÁRIO AGRÍCOLA

LAVOURAS TEMPORÁRIAS
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES



Fonte: Centro de Estudos Agrícolas – FGV

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de fevereiro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de fevereiro*
3 — Preço médio na última quinzena de fevereiro*
4 — Preço médio na última semana de fevereiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,65	6,49	6,55	6,38	6,49		7,22		7,57		7,82	8,01			8,62			Previsão de que os estoques mundiais atingirão 37,9 milhões de toneladas na safra 1983/84 (contra 37,3 milhões de toneladas na safra 1982/83) mantém as cotações deprimidas.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	66,68	76,20	76,56	77,87	76,20		76,42		76,30			73,72		72,41				Notícias de que 11 mil fardos dos estoques certificados foram removidos para venda no mercado físico. **USDA** divulga estimativa do Balanço de Oferta e Demanda para 1984/85 prevendo elevação de 500 mil fardos nas exportações dos **EUA**.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.746,20	2.497,80	2.447,70	2.441,20	2.497,80		2.430,70		2.406,15		2.389,20			2.356,00				Seca na Bahia ameaça os resultados do temporão.
CAFÉ SANTOS US ¢/lb-peso	125,52	144,85	147,20	147,85	144,85		139,63		135,05		131,96			129,56				Fraca demanda internacional obriga o **IBC** a dar estímulos maiores aos importadores.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	273,22	324,78	323,17	325,55	324,78		328,27		328,72		301,70			286,16				Rumores de aumento das compras soviéticas, queda acentuada na produção da África do Sul e atraso na colheita argentina vêm sustentando as cotações do cereal.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	590,42	722,49	727,89	737,45	122,49		738,80		750,53	747,33	723,94		710,60		723,14			Enfraquecimento do dólar no mercado internacional poderá reativar a demanda pela oleaginosa.
SOJA FARELO US$/tonelada	176,98	190,66	191,20	192,20	190,66		194,92		198,94	199,32	196,68	193,79		195,39				Menor oferta brasileira e redução da moagem nos **EUA** diminuem a disponibilidade do produto no mercado.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	338,89	329,76	329,21	327,53	329,76		331,71		327,99		332,75			345,00				Possibilidade de aumento de 8% na área plantada dos **EUA**. O **USDA** reduziu em 5 milhões de t sua estimativa da produção soviética de grãos, projetando-a em 195 milhões de t.

NOTA — "spot" de cacau e café suspensos

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de fevereiro).
1 — Preço médio um ano antes
2 — Preço médio no mês de fevereiro*
3 — Preço médio na última quinzena de fevereiro*
4 — Preço médio na última semana de fevereiro*
5 — Comportamento dos Preços Futuros
6 — Tendência do mercado
7 — Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro — primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6—Sul do BR Cr$/15 kg 1º futuro	18.467	32.086	31.560	32.040	↘	Preços mantêm tendência de alta devido às notícias de redução da safra da região Centro-Sul. Informações de que uma importação de 60 mil t do pluma estaria sendo negociada com a Argentina podem frear ascensão dos preços.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cr$/sc. 60 kg	28.566	22.500	22.500	22.500	→	Mesmo com as quebras do Centro-Oeste e Minas Gerais a grande safra gaúcha pressiona o mercado. Indefinida a comercialização.
CAFÉ Tipo 6 Cr$/sc. 60 kg	84.300	92.336	95.445	93.650	↘	O IBC anunciou um leilão de estoques para fins de março.
BOI GORDO Cr$/arroba	14.730	21.000	21.000	21.000	→	Plena safra — boas condições de pastagens. Fluxo normal de animais para abate. Governo não efetua compras.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cr$/sc. 60 kg	28.243	24.000	24.000	24.000	↓	A quebra da safra de Irecê deverá pressionar as cotações no Sul onde os estados nordestinos se abastecerão.
FRANGO Vivo Cr$/kg	467	892	885	890	→	Preço do boi gordo estável. Preço da ração estabilizado com o início da colheita de milho.
MILHO Amarelo Semiduro Cr$/60 kg	6.646	10.250	9.550	9.250	↓	Entrada do produto da nova safra. Escassez de **EGF** e crédito de comercialização.
SOJA - GRÃO Industrial Cr$/60kg	10.255	17.248	16.770	17.170	↓	Recuperação das cotações externas deverá trazer algum fortalecimento aos preços domésticos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo: Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

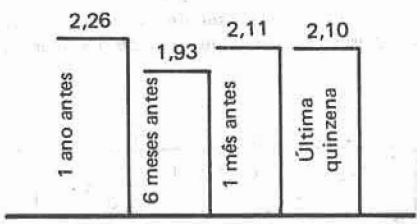
PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (**bushel**).

Algodão/Soja

Estabilizou-se a relação da última quinzena de fevereiro em relação à média do mês. Há um ano, a cotação da soja era de US¢ 590,42/**bushel** e, na última quinzena de fevereiro, atingiu os US¢ 727,89/**bushel**. Já o algodão, cotado em fevereiro de 1983 a US¢ 66,68/**libra** peso, aumentou 15% no período, alcançando US¢ 76,56 na última quinzena de fevereiro de 1984. A grande quebra da safra norte-americana de soja em 1983 é a razão para a maior alta nos preços da leguminosa.

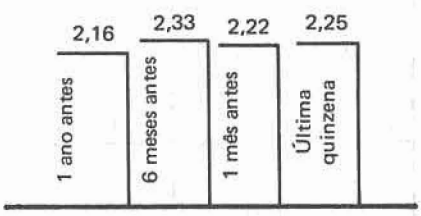
Algodão/Soja



Soja/Milho

O preço do milho apresentou uma ligeira redução na última quinzena, em relação à média mensal (de US¢ 324,78/**bushel** para US¢ 323,17/**bushel**) enquanto a soja passou dos US¢ 722,49/**bushel** no mês, para US¢ 727,89. Apesar do aumento na safra de soja dos **EUA**, estimado pelo **USDA**, a relação atual só não supera a registrada em agosto do ano passado.

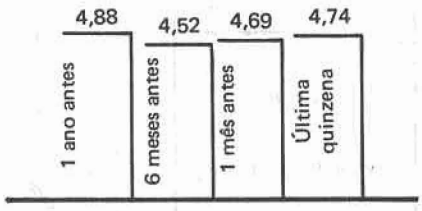
Soja/Milho



Algodão/Milho

A relação apresentou pequeno acréscimo na última quinzena, devido à valorização da fibra no mercado internacional. A perspectiva de aumento no consumo mundial de algodão e a reduzida safra norte-americana 1983/84, indicam que a fibra deverá continuar sua tendência de alta.

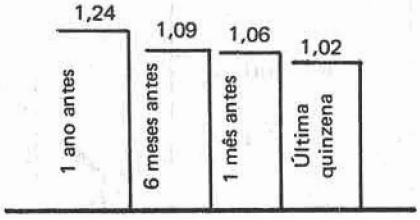
Algodão/Milho



Trigo/Milho

A relação prossegue apresentando uma perda da posição relativa do trigo, derivada da sucessão de safras elevadas, em nível mundial. Novo recorde na oferta do trigo poderá ser registrado este ano o que fez com que sua cotação baixasse dos US¢ 338,89/**bushel** de fevereiro de 1983, para US¢ 329,21/**bushel** em fevereiro deste ano.

Trigo/Milho



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Unicom e Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Unicom e Commodity Year Book.

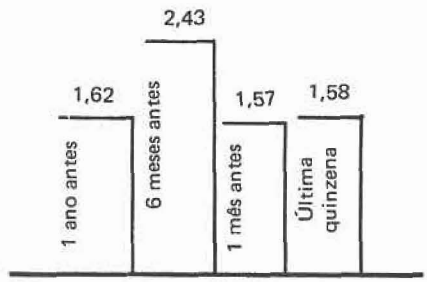
PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Divide-se o quociente do preço relativo frango vivo/ração para ave de corte pelo fator de conversão alimentar (1,5) de modo a obter-se um resultado de mais fácil compreensão.

Boi Gordo/Frango Vivo

A segunda quinzena de fevereiro favoreceu o boi gordo mais pela pequena queda havida no preço do frango (o do boi gordo estabilizou-se). Difere, porém, fortemente da posição de seis meses atrás, quando, em virtude da entressafra, houve uma alta muito forte dos preços do boi gordo. Em agosto do ano passado, o preço do frango, embora sofresse pressão altista, pela escassez do milho, não pôde acompanhar a majoração do boi gordo.

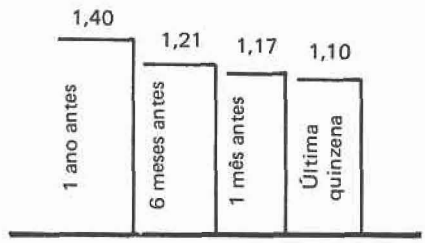
Boi Gordo/Frango Vivo



Frango Vivo/Ração para Ave de Corte

A pequena alta (4,8%) da ração coadjuvada pela leve queda (—0,8%) do preço do frango faz a relação aproximar-se mais ainda da unidade, evidenciando a inviabilidade da atividade criatória na última quinzena. O processo de inviabilização da avicultura mostra-se progressivo desde meados do ano passado, quando, pela escassez do milho, o preço da ração acusou uma alta desproporcional. Premido pela política salarial que achata o poder de compra do consumidor, o preço do frango não pôde acompanhar a alta correspondente dos custos.

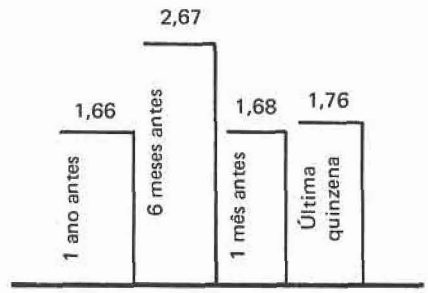
Frango Vivo/Ração Ave Corte



Soja/Milho

As elevadas cotações da soja há seis meses destacam o preço relativo daquele período. O posterior desenvolvimento do mercado, com a restrição às exportações e a queda das cotações internas da soja, além, de informações referentes a quebras na safra de milho no Sul do país, reduziram a vantagem relativa da leguminosa.

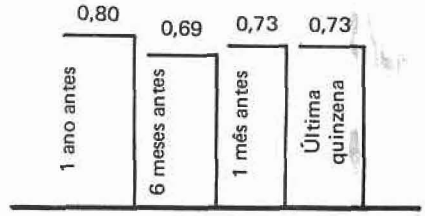
Soja/Milho



Feijão Preto/Feijão Carioquinha

Inalterado

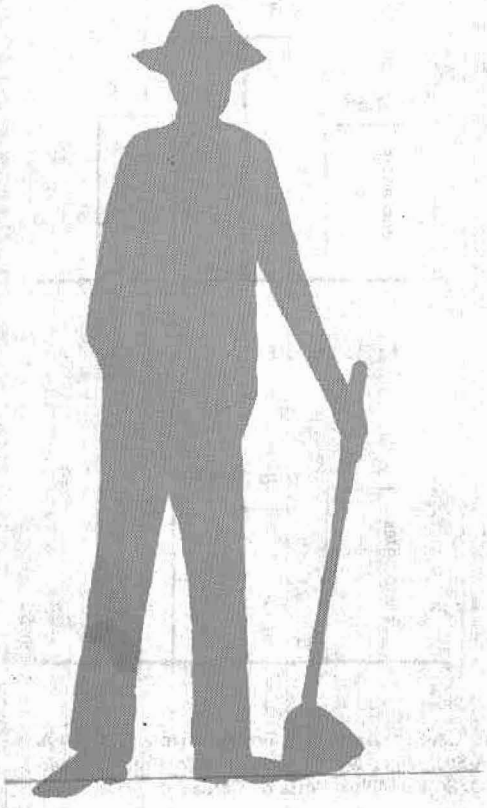
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, ao nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 13 – LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1984 SEGUNDO LEVANTAMENTO EM JANEIRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi		29.279	(2)	850.101
Algodão		2.352.493		1.817.867
Algodão arbóreo	(4)	979.865		194.060
Algodão herbáceo		1.372.628		1.623.807
Alho	(4)	2.013		8.931
Amendoim		118.377		190.428
Amendoim (1ª safra)		117.531		189.600
Amendoim (2ª safra)	(4)	846		828
Arroz		5.222.028		9.275.697
Aveia		–		–
Banana		345.729	(3)	398.693
Batata-inglesa		116.999		1.290.569
Batata-inglesa (1ª safra)		100.610		1.202.299
Batata-inglesa (2ª safra)	(4)	16.389		88.270
Cacau		–		–
Café		2.233.576		3.089.731
Cana-de-açúcar		3.329.441		219.956.118
Cebola		67.087		708.671
Centeio		–		–
Cevada		–		–
Coco-da-baía		142.698	(2)	414.461
Feijão		3.301.841		1.743.173
Feijão (1ª safra)		2.342.721		1.337.851
Feijão (2ª safra)	(4)	959.120		405.322
Fumo		278.505		394.637
Guaraná	(4)	70		16
Juta		–		–
Laranja		621.435	(2)	61.163.557
Malva	(4)	2.850		2.720
Mamona		429.847		238.649
Mandioca		1.289.354		15.774.157
Milho		11.455.100		22.269.582
Pimenta-do-reino	(4)	1.220		710
Rami		4.300		8.815
Sisal		315.444		205.487
Soja		9.287.746		16.518.116
Sorgo granífero		125.908		253.316
Tomate		44.406		1.455.313
Trigo	(4)	1.500		2.500
Uva		57.161		590.255

FONTE – IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] 1.000 frutos. [3] 1.000 cachos. [4] informações referentes a estados responsáveis, em conjunto, por menos de 50% da produção do país.